

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

LUCIA TATEISHI DESTRO

**Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) para Centros de Memória:
um estudo a partir do Centro de Documentação e Memória MariAntonia**

São Paulo
2020

LUCIA TATEISHI DESTRO

**Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) para Centros de Memória:
um estudo a partir do Centro de Documentação e Memória MariAntonia**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia, apresentado ao Departamento de Informação e Cultura para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Destro, Lucia Tateishi

Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) para Centros de Memória: um estudo a partir do Centro de Documentação e Memória MariAntonia / Lucia Tateishi Destro ; orientadora, Vânia Mara Alves Lima. -- São Paulo, 2020. 107 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Informação e Cultura/Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Centro de Memória. 2. Sistemas de Organização do Conhecimento. 3. Organização do Conhecimento. 4. Organização da Informação. I. Lima, Vânia Mara Alves II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: DESTRO, Lucia Tateishi

Título: Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) para Centros de Memória:
um estudo a partir do Centro de Documentação e Memória MariAntonia

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia, apresentado ao
Departamento de Informação e Cultura para obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de São Paulo, por proporcionar o ensino público, gratuito e de qualidade e ao seu programa de bolsas e auxílios para permanência estudantil que me permitiu cursar a graduação em Biblioteconomia.

À professora Vânia Mara Alves Lima, por sua orientação e apoio nesta pesquisa.

À Tuca Capelossi por ter sido extremamente solícita, gentil e carinhosa durante minha participação como bolsista no CDM MariAntonia e também no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Marivalde Moacir Francelin e Cibele A. C. Marques dos Santos pela leitura cuidadosa e pelas contribuições a este trabalho.

À professora Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, por me ouvir e me incentivar sempre.

Aos meus amigos e colegas, pelas risadas, por compartilhar as dúvidas e incertezas e pelos almoços no bandeirão.

Aos meus pais, pelo suporte inestimável de sempre. E, ao Eric, pelo apoio incondicional e companheirismo infinito.

RESUMO

DESTRO, Lucia Tateishi. Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) para Centros de Memória: um estudo a partir do Centro de Documentação e Memória MariAntonia. Orientadora: Vânia Mara Alves Lima. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Os Centros de Memória (CM's) são caracterizados pela diversidade de seus acervos, que, na maioria das vezes, contam com livros, relatórios técnicos, documentos administrativos, materiais de divulgação, fotografias, slides e objetos museológicos. Na busca de um instrumento para organizar e representar a informação em CM's, tendo em vista essa diversidade dos tipos documentais, descrevemos CM's e, a partir de um estudo exploratório da literatura contextualizando as definições dos termos "Organização do Conhecimento" e "Organização da Informação", "Representação do Conhecimento" e "Representação da Informação"; apresentamos e comparamos quatro Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) - sistemas de classificação, taxonomias, tesouros e ontologias. Ao realizarmos a discussão do referencial teórico aliada ao estudo de caso feito no Centro de Documentação e Memória do MariAntonia, justificado pela sua importância histórica, política e cultural, concluímos que o tesouro é o SOC mais indicado para organizar o conhecimento, representar a informação e recuperar os documentos no acervo de um CM. No CDM MariAntonia é utilizado o Vocabulário USP para a representação temática dos documentos, porém verificamos que este instrumento não contempla todas as características de um tesouro, pois não possui as relações associativas (termos relacionados), sendo assim se trata de um instrumento que não se encaixa em nenhuma definição da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010).

Palavras-chave: Centro de Memória. Sistemas de Organização do Conhecimento. Organização da informação. Organização do Conhecimento.

ABSTRACT

DESTRO, Lucia Tateishi. Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) para Centros de Memória: um estudo a partir do Centro de Documentação e Memória MariAntonia. Orientadora: Vânia Mara Alves Lima. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Memory Centers (MC's) are characterized by the diversity of their collections, which, in most cases, have books, technical reports, administrative documents, promotional materials, photographs, slides and museum objects. In the search for an instrument to organize and represent information in MC's, in view of this diversity of documentary types, we describe MC's and, from an exploratory study of the literature contextualizing the definitions of the terms "Knowledge Organization" and "Information Organization", "Knowledge Representation" and "Information Representation"; we present and compare four Knowledge Organization Systems (KOS) - classification systems, taxonomies, thesauri and ontologies. When carrying out the discussion of the theoretical framework combined with the case study carried out at the MariAntonia Memory Center, justified by its historical, political and cultural importance, we concluded that the thesaurus is the KOS most suitable for organizing knowledge, representing information and recovering information. documents in the collection of a MC. In the DMC MariAntonia, the USP Vocabulary is used for the thematic representation of documents, but we found that this instrument does not include all the characteristics of a thesaurus, as it does not have associative relationships (related terms), so it is an instrument that is not fits any definition of the ANSI / NISO Z39.19-2005 (R2010) standard.

Keywords: Memory Center. Knowledge Organization Systems. Information Organization. Knowledge Organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura taxonômica clássica	53
Figura 2 - Exemplo de taxonomia em buscas na web.....	54
Figura 3 - Diagrama de parte de ontologia de um domínio acadêmico.	62
Figura 4 - Uma visão geral das estruturas e funções dos SOCs	68
Figura 5 - Liceu Rio Branco, década de 1930.	76
Figura 6 - Liceu Rio Branco.....	77
Figura 7 - Liceu Rio Branco.....	77
Figura 8 - Edifício Rui Barbosa, ocupado com a FFCL (década de 1960).	78
Figura 9 - Edifício Duque de Caxias, ocupado com a FCA (década de 1960).	78
Figura 10 - Terreno ocupado pela FFCL e FCEA.....	78
Figura 11 - Batalha da Rua Maria Antônia, 1968.	79
Figura 12 - Incêndio no Edifício Rui Barbosa durante a Batalha da Rua Maria Antônia, 1968.	80
Figura 13 - Caminhão de bombeiros na Rua Maria Antônia, 1968.....	80
Figura 14 - Printscreen da planilha de peças gráficas (parte 1).....	88
Figura 15 - Printscreen da planilha de peças gráficas (parte 2)	88, 89
Figura 16 - Printscreen da planilha de peças gráficas (parte 3)	89
Figura 17 - Termos "Artes plásticas" e "Cartoons" na hierarquia do vocabulário USP	90
Figura 18 - Termo "Negros" na hierarquia do vocabulário USP	90
Figura 19 - Termo "Ciência" na hierarquia do vocabulário USP	90
Figura 20 - Printscreen da planilha de clipping textual (parte 1)	91
Figura 21 - Printscreen da planilha de clipping textual (parte 2)	92
Figura 22 - Termo "Cultura" na hierarquia do vocabulário USP.....	93
Figura 23 - Termo "Espaço urbano" na hierarquia do vocabulário USP.....	93
Figura 24 - Printscreen da planilha de vídeo (parte 1)	93
Figura 25 - Printscreen da planilha de vídeo (parte 2)	94
Figura 26 - Printscreen da planilha de iconografia (parte 1)	94

Figura 27 - Printscreen da planilha de iconograia (parte 2)	95
Figura 28 - - Printscreen da planilha de bibliografia	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparações dos termos Centro de Documentação, Centro de Memória e Centro de Documentação e Memória	25, 26
Quadro 2 – Tipos de acervo e seus conteúdos/ características	27, 28
Quadro 3 – Exemplos de documentos de acordo com suas áreas de atuação e funções ...	29, 30
Quadro 4 – Classes da CDU e seus respectivos códigos.....	51
Quadro 5 – Subclasses da CDU e seus respectivos códigos	51, 52
Quadro 6 – Subdivisões da subclasse 74.....	52
Quadro 7 – Categorias da subclasse 741.....	52
Quadro 8 – Relações semânticas e seus respectivos símbolos usados em tesouros	56
Quadro 9 – Comparando 4 tipos de SOCs	65, 66, 67
Quadro 10 – Propriedades das taxonomias e dos tesouros	72
Quadro 11 – Vantagens e desvantagens das taxonomias e dos tesouros.....	73
Quadro 12 – Propriedades da lista, da taxonomia, do tesouro e do vocabulário USP	97
Quadro 13 – Organização da informação e organização do conhecimento.....	99, 100

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de pesquisa	13
1.2 Hipótese	14
1.3 Objetivos	14
1.4 Justificativa	14
1.5 Metodologia	15
1.6 Estrutura e organização do trabalho	15
2. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA: em busca de uma conceituação	17
2.1 Centro de Documentação.....	17
2.2 Centro de Memória	20
2.3 Centro de Documentação e Memória	23
2.4 Os acervos e tipos documentais encontrados em Centros de Memória.....	26
3. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	32
3.1 Dado, informação e conhecimento.....	32
3.2 Organização e representação da informação	35
3.2.1 Organização da informação	35
3.2.2 Representação da informação	37
3.3 Organização e representação do conhecimento	39
3.3.1 Organização do conhecimento	40
3.3.2 Representação do conhecimento	42
4. SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOCs)	44
4.1 Exemplos de SOCs	48
4.1.1 Sistemas de classificação	49
4.1.2 Taxonomias	53
4.1.3 Tesouros	55
4.1.4 Ontologias.....	59
4.2 Comparando os instrumentos	64
4.3 Possibilidades de utilização de SOCs em Centros de Memória	68
5. ESTUDO DE CASO	74
5.1 Centro Universitário Maria Antonia da Universidade de São Paulo.....	74
5.1.1 Histórico dos edifícios	75
5.1.2 Centro de Memória do MariAntonia.....	81
5.2 Coleta de dados.....	84

5.3 Análise e Resultados	84
5.4 Discussão.....	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - Perguntas para a entrevista com Tuca Capelossi.....	108

1. INTRODUÇÃO

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir da minha experiência como bolsista do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo (PUB-USP) no projeto “Documentação CEUMA: pesquisa, organização e difusão do material de divulgação do Centro Universitário Maria Antonia” no Centro de Documentação e Memória do mesmo instituto.

Ao entrar em contato com o acervo do Centro de Documentação e Memória (CDM), percebi a falta de uma política clara sobre o acervo e seu tratamento. Haviam manuais de procedimentos para catalogação elaborados pelos bolsistas anteriores, porém o embasamento teórico para construção de tais manuais não estava devidamente explicitado.

Este cenário não é incomum, Camargo e Goulart (2015, p. 72), afirmam que:

Os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades da organização. É unânime a queixa dos gestores de que normas e procedimentos não têm sido formalmente estabelecidos [...]

Um dos primeiros passos para realizar o tratamento técnico de um acervo é a realização de seu inventário, para isso foram utilizadas as planilhas do Google Drive institucional onde foram identificados os campos para inserção de dados básicos dos documentos. A planilha eletrônica é indicada nesta primeira etapa, pois a estrutura de tabela facilita uma futura migração dos dados para um software de catalogação.

A representação física do acervo deve considerar os tipos de documentos nele existentes. Uma vez que nos CDM's os materiais podem ser tipificados como documentos de arquivo, biblioteca e/ou museu, faz-se necessária a utilização de um sistema de organização do conhecimento que consiga recuperar os documentos pelo seu assunto independentemente de como eles foram representados fisicamente.

Em vista disso, a realização desta pesquisa almeja investigar qual o instrumento mais adequado para cumprir esse fim.

1.1 Problema de pesquisa

Centros de Memória são caracterizados pela diversidade de seus acervos, que, na maioria das vezes, contam com livros, relatórios técnicos, documentos administrativos, materiais de divulgação, fotografias, slides e objetos museológicos, os quais têm sido objeto de organização e representação tradicionalmente por três áreas do conhecimento, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Então

pergunta-se: como organizar e representar a informação em Centros de Memória em função desta diversidade de acervos?

1.2 Hipótese

É possível verificar, através de um estudo exploratório da literatura em Ciência da Informação, se existe um único Sistema de Organização de conhecimento que seja adequado para representar a informação em Centros de Memória.

1.3 Objetivos

(1) *Objetivo Geral:*

- Identificar procedimentos e instrumentos para a organização e representação do conhecimento e para a organização e representação da informação em Centros de Memória (CM's).

(2) *Objetivos Específicos:*

- Caracterizar “Centro de Documentação e Memória” e os tipos de documentos armazenados nesses dispositivos de informação;
- Contextualizar as definições para organização do conhecimento e organização da informação, representação do conhecimento e representação da informação;
- Realizar um levantamento bibliográfico sobre os procedimentos e instrumentos, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), que possam ser usados para organizar o conhecimento e representar a informação em CM's;
- Realizar um estudo de caso no Centro de Documentação e Memória MariAntonia do Centro Universitário da USP;
- Sistematizar um conjunto de procedimentos para organizar e representar as informações em Centros de Memória.

1.4 Justificativa

Organizar e representar os diversos tipos de acervos com os quais podemos nos deparar em um CM tem sido um desafio para os indexadores, pois é necessário unificar os procedimentos para tipos documentais com características diferentes em um mesmo local de consulta para facilitar a recuperação da informação. Portanto, é

importante identificar e refletir sobre os instrumentos que possam ser utilizados em CM's para organizar e representar as informações contidas em seus acervos. Para isso nosso referencial teórico é a Organização do Conhecimento, subdomínio da Ciência da Informação, que perpassa as áreas da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

1.5 Metodologia

Etapas: (I) **estudo exploratório da literatura**, através de artigos em revistas científicas, livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e manuais institucionais, todos pertencentes à área da Ciência da Informação, buscamos caracterizar CDM, a natureza da informação em CM's e identificar e caracterizar instrumentos e procedimentos para organização e representação da informação e organização e representação do conhecimento; (II) **estudo de caso**, no Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário Maria Antonia da Universidade de São Paulo, objetivando identificar e compreender as variáveis que norteiam a proposição de instrumentos e procedimentos para organizar e representar a informação neste CDM; (III) **sistematização destas variáveis e reflexão** (discussão) com base na literatura.

1.6 Estrutura e organização do trabalho

A partir da apresentação introdutória deste trabalho, o mesmo encontra-se organizado nos capítulos especificados a seguir.

O segundo capítulo busca definir Centro de Documentação e Memória, para isso apresenta definições dos três termos encontradas na literatura da Ciência da Informação a fim de poder identificar semelhanças e diferenças tendo como objetivo delimitar uma definição síntese a ser utilizada no presente trabalho. Indica também os acervos e tipos documentais que podemos encontrar em Centros de Memória.

O terceiro capítulo faz uma revisão da literatura para contextualizar as definições dos termos: organização do conhecimento e organização da informação, representação do conhecimento e representação da informação. Porém, antes se viu a necessidade de definir os termos objetos destes processos, a saber: dado, informação e conhecimento. A seguir, foram abordados os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) instrumentos cuja função é organizar e representar o conhecimento, assim como, organizar e representar a informação.

O quarto capítulo descreve quatro tipos de SOCs: os sistemas de classificação; as taxonomias; os tesouros e as ontologias. Compara estes instrumentos para depois verificar as possibilidades de uso em CM's.

O quinto capítulo é dedicado ao estudo de caso, o qual é realizado no Centro de Documentação e Memória do Centro Universitário MariAntonia da Universidade de São Paulo. A seguir, apresenta-se a análise e os resultados da coleta de dados e faz-se uma breve discussão com a teoria vista anteriormente.

No capítulo final, retoma-se os objetivos e avalia-se os resultados obtidos com a pesquisa, descreve-se as limitações do trabalho e as perspectivas de estudos futuros.

2. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA: em busca de uma conceituação

No Brasil, a partir das décadas de 1970 e 1980, muitas empresas e instituições, tanto públicas como privadas, foram percebendo que, tanto seus registros físicos do passado como as memórias de pessoas que testemunharam ou participaram de momentos históricos, estavam se perdendo. Em vista disso, eles começaram a criar um setor ou departamento específico para abrigar e agregar sua documentação histórica e/ou comprobatória, resgatando e organizando os principais pontos de suas trajetórias. Ao reunir em um mesmo ambiente tais documentos, cria-se uma fonte de consulta para o aprendizado e compreensão da história da empresa ou da instituição, reconhecendo e fortalecendo sua identidade e também auxiliando na tomada de novas decisões (FONTANELLI, 2005; BARBANTI, 2015; INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013; GAGETE; TONINI, 2004).

Esses locais de guarda podem receber diversos nomes como: Centro de Documentação, Centro de Memória ou sua junção, Centro de Documentação e Memória. Não há consenso sobre a definição para os termos, alguns autores os utilizam como sinônimos, ao passo que outros os diferenciam. Na tentativa de conceituar os termos para esclarecer seu uso e assim utilizar o mais adequado neste trabalho, iremos apresentar definições dos três termos encontradas na literatura da Ciência da Informação a fim de podermos identificar semelhanças e diferenças tendo como objetivo delimitar uma definição síntese a ser utilizada no presente trabalho.

2.1 Centro de Documentação

Ribeiro (2007, p. 3) diz que os Centros de Documentação surgiram na década de 1970 e que foi

[...] através dos setores ligados à indústria, aos grupos financeiros, às entidades de classe, às agências governamentais, etc.; devido principalmente às necessidades informacionais destes grupos específicos, visando à aquisição de uma base informativa, sobretudo para a esfera de decisão.

Viviane Tessitore, autora do 9º volume do Projeto “Como Fazer” - desenvolvido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial e a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ/SP) - cujo tema é dedicado a orientar a criação de um Centro de Documentação, ela o toma como sendo uma entidade híbrida, pois “O Centro de Documentação representa uma mescla das entidades anteriormente caracterizadas

[arquivo, biblioteca e museu], sem se identificar com nenhuma delas” (TESSITORE, 2003, p. 14).

Segundo a autora, o Centro de Documentação (CD) adquire seus documentos de diversas formas, tais como: compra, doação ou permuta, eles podem ser documentos únicos ou múltiplos possuindo origens diversas, podem estar sob a forma de originais ou cópias e/ou serem referências sobre uma área específica. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu.

Tessitore (2003, p. 14) aponta as seguintes características de um Centro de Documentação:

- Possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;
- Ser um órgão colecionador e/ou referenciador;
- Ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;
- Possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada;
- Realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia.

A autora define as seguintes funções de um Centro de Documentação:

- Reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização;
- Estabelecer uma política de preservação de seu acervo;
- Disponibilizar seu acervo e as referências coletadas aos usuários definidos como seu público;
- Divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado;
- Promover intercâmbio com entidades afins (TESSITORE, 2003, p. 15-16).

A autora ressalta ainda que “[...] nem sempre o Centro de Documentação tem como objetivo a preservação da memória ou a pesquisa histórica. Muitos estão vinculados à pesquisa em outras áreas ou à produção e prestação de serviços” (TESSITORE, 2003, p. 18). Ela ainda acrescenta que “A principal missão de um Centro de Documentação é o apoio à pesquisa institucional, acadêmica ou individual” (TESSITORE, 2003, p. 19).

Em relação ao acervo constituinte de um CD, Tessitore (2003) diz que sua concentração está nos materiais arquivístico, bibliográfico e hemerográfico (jornais,

revistas e boletins), já os documentos de caráter museológico são mais raros de se encontrar, salvo quando o CD possui um Museu vinculado a ele.

Por fim, devemos portar atenção ao fato de que há órgãos que são chamados de Centros de Documentação, porém se tratam do Arquivo Permanente da instituição, não devendo ser confundido, pois acarretaria na organicidade do mesmo.

Já Marilena Leite Paes, autora do livro “Arquivo: teoria e prática” traz centros de documentação como sinônimo de centro de informação que abrange atividades próprias da biblioteconomia, da arquivística e da informática, ela não inclui as atividades próprias da museologia. A autora coloca como finalidade de um centro de informações “[...] coligir, armazenar, classificar, selecionar e disseminar toda a informação” (PAES, 2004, p. 17). A autora acrescenta ainda que:

A ‘essência da documentação deixou de ser o documento, para ser a informação em si mesma’ (Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação em Formação Profissional, 1970).

O órgão de documentação varia na sua finalidade, de acordo com os propósitos fundamentais de sua criação. Trabalha com documentos, criando-os ou coletando-os, classificando-os, conservando-os ou divulgando-os.

De acordo com suas características físicas e a significação de seu conteúdo, os documentos devem receber tratamento distinto, adequado a cada caso (PAES, 2004, p. 17).

Heloísa Liberalli Bellotto, em sua obra “Arquivos permanentes: tratamento documental”, define Centro de Documentação como:

Os centros de documentação, por sua vez, no que se refere à origem, à produção e aos fins do material que armazena (ou referencia) representa um somatório das instituições anteriormente indicadas [arquivo, biblioteca e museu]. Isto porque, definido o centro de documentação como a ‘transposição das informações primárias para outros recursos’, ele acaba assimilando as características daquelas instituições. Sua finalidade é informar com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico, conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado.

[...] o centro de documentação é órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e sim só referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados (BELLOTTO, 2006, p. 36, 39).

Lauretti (2011, p. 20-21) cita Heredia Herrera (1993, p. 161, 166) que diz que a razão de ser “de los Centros de Documentación [é] favorecer la gestión y progreso científicos” e eles se formam “[...] por reunión y acumulación de información con

pretensões de exaustividade, de acordo com uma especialização. Su crescimento controlado es obra de documentalistas”.

Quando Heredia Herrera (1993), Tessitore (2003) e Bellotto (2006) relacionam um Centro de Documentação com ensino e pesquisa em uma área de especialização; a um público especializado; cujo acervo é referente a determinada especialidade com pretensão de ser exaustivo; as autoras aproximam um CD à uma biblioteca especializada. Esta última tem como características se dedicar a um único assunto e serem mantidas por organizações que possuem objetivos específicos, aspectos que são respaldadas na definição dada por Figueiredo (1978, p. 156) quando diz: “As bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto, uma vez que as organizações maiores nas quais se inserem, têm normalmente objetivos mais específicos que gerais”.

Outra característica importante a ser ressaltada é que um Centro de Documentação é uma instituição híbrida, que possui características e documentos tanto pertencentes a arquivologia, quanto a biblioteconomia e a museologia, porém não se identifica exclusivamente com nenhuma delas (TESSITORE, 2003; PAES, 2004; BELLOTTO, 2006).

Isso nos faz concordar que por abarcar materiais de diversas naturezas, eles devem ser tratados respeitando suas características diversificadas, talvez por isso seja difícil encontrar teorias e metodologias para o tratamento de acervos de Centros de Documentação.

Ademais, um centro de documentação pode ou não possuir acervo, já que ele tanto pode armazenar os materiais quanto somente ter as referências dos documentos (TESSITORE, 2003; BELLOTTO, 2006).

Paes (2004, p. 17) reforça essa ideia de não ser essencial possuir um acervo já que para ela “[...] a essência da documentação deixou de ser o documento, para ser a informação em si mesma”.

2.2 Centro de Memória

De acordo com Ribeiro (2007, p. 2), “[...] o surgimento dos Centros de Memória ocorre a partir da década de 70, principalmente, por meio das universidades, com objetivo de preservar o patrimônio arquivístico e museológico”. O “Manual básico para implantação de Centros de Memória”, elaborado pelo Instituto Itaú Cultural concorda que foi na década de 1970 que os CMs tiveram seu grande impulso no meio

acadêmico universitário inicialmente nas áreas de ciência e tecnologia, seguindo posteriormente para a área de ciências humanas. Nas décadas de 1980 e 1990 empresas e prestadores de serviços começaram também a investir em suas memórias criando importantes CMs institucionais, mas ainda era um movimento pequeno. Foi somente nos anos 2000 que as empresas passaram a investir consistentemente na preservação de suas memórias e começaram a demandar apoio de consultorias especializadas.

No livro “Patrimônio documental e história institucional”, Silvana Goulart diz que os documentos gerados pelas áreas financeiras, jurídicas e de recursos humanos de uma empresa geralmente se encontram organizados, pois são objetos de legislação, já os demais documentos podem ser encontrados em um Centro de Memória (CM). Ela diz que

A idéia mais comum é a de que os centros de memória das empresas, privadas ou estatais, sejam a reunião de documentos esparsos, sem qualquer organicidade, coleções mais ou menos aleatórias de papéis, antiquilhas e velharias. Embora seja certo que existam tais exemplos, o que ocorre geralmente é a recomposição das séries documentais ligadas a certas funções institucionais, que se encontram desorganizadas e esparsas, pela não obrigatoriedade legal de guarda (GOULART, 2002, p. 25).

Em outra obra de Silvana Goulart, desta vez junto com Ana Maria Camargo, “Centros de memória: uma proposta de definição” as autoras dizem que:

Não há consenso sobre seu formato, alcance e significado, mas os centros de memória - esses lugares que tanto se parecem com arquivos - estão em toda parte. Não podem mais ser entendidos como meros artifícios para tornar atraentes os espaços e serviços que, na condição de retaguarda ou suporte das atividades de determinada instituição, estariam irremediavelmente condenados à invisibilidade. [...] [os centros de memória] além de serem considerados importantes para o processo decisório em sua esfera de atuação, alguns deles têm a pretensão de exercer funções estratégicas diferenciadas e contínuas no ambiente corporativo [...] (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 13-14).

Já o Manual do Instituto Itaú Cultural fornece a seguinte definição:

O Centro de Memória é uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Ecoando os valores das instituições, os Centros de Memória geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p.12).

A pesquisadora Barbanti (2015, p. 17), em sua dissertação de mestrado, afirma que “A definição de Centro de Memória não é clara e nem padronizada no Brasil. Ao

buscamos referência para caracterização dos Centros de Memória, poucas pesquisas foram encontradas”.

Na tentativa de caracterizar um Centro de Memória (CM), a autora realiza análises comparativas com seis Centros de Memória e o resultado dessa análise demonstra que:

[...] Centros de Memória não são dispositivos especificamente anexos às instituições empresariais, embora no Brasil tenham nascido nesse contexto. Centros de Memória se tornam mais compreensíveis quando destacamos sua constituição a partir de acervos documentais variados (BARBANTI, 2015, p. 33).

Em seu trabalho de conclusão de curso, Fontanelli (2005, p. 14) diz que “O centro de memória, na maioria das vezes, é criado com a finalidade de preservar, organizar, disponibilizar e divulgar informações e documentos relativos à vida da instituição que os mantém”. Segundo a autora, este trabalho poderá fortalecer a imagem da entidade tanto para o público interno quanto externo.

Fontanelli destaca a importância de um CM manter relações com os outros setores ou departamentos da organização, pois muitas vezes ele poderá desempenhar um papel estratégico visto que ele agrupa todas as informações relacionadas à história da instituição. Ela sublinha que “Deve ser evitado a todo custo que se torne somente uma atividade pontual com finalidade comemorativa, ou então que a preservação da memória seja vista como relacionada apenas às atividades de cunho cultural, como muitas vezes acontece” (FONTANELLI, 2005, p. 88).

O Manual do Itaú Cultural segue a mesma linha de Ribeiro (2007) quando atrela um Centro de Memória ao patrimônio histórico de uma instituição e destaca a possibilidade dos CM's gerarem produtos e serviços com finalidades comemorativas e/ou de natureza cultural relativo a entidade. Fontanelli (2005); Camargo e Goulart (2015) além de ligarem os CM's às atividades de uma determinada instituição, evidenciam o papel estratégico que ele pode desempenhar nas tomadas de decisões da empresa.

Realizando uma comparação com as definições até então encontradas de Centros de Documentação e Centros de Memória, podemos apontar que um Centro de documentação tem como objetivo reunir informações especializadas em um assunto - geralmente para fins de pesquisa científicas - visando um público especializado, enquanto um Centro de Memória reúne informações a respeito da história de uma instituição colaborando para a criação e afirmação de sua identidade.

O Manual do Instituto Itaú Cultural, diferencia um Centro de Documentação de um Centro de Memória desta maneira:

O Centro de documentação tem o objetivo de coletar a documentação, organizá-la e disseminar informações. O CM [Centro de Memória], por sua vez, tem ainda a função de pensar na trajetória da instituição a fim de elaborar formas de utilizar o conhecimento adquirido e produzir novos conteúdos, difundindo valores e refletindo a cultura organizacional. O trabalho de documentação e o de memória exigem competências distintas, mas complementares. Um é mais técnico, baseado nas ciências da informação, da arquivologia e da biblioteconomia; o outro, mais analítico, fundamentado na história, na antropologia e na sociologia. As duas competências são fundamentais para, a partir do conhecimento e do entendimento de tudo o que é produzido pela instituição, definir quais são os documentos históricos relevantes e que devem ser reunidos no acervo (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 9).

Fontanelli (2005) já dizia que a principal diferença entre um Centro de Documentação e um Centro de Memória está na função atribuída aos documentos de seu acervo. Ela destaca as semelhanças e diferenças entre um CD e um CM, a saber:

[...] pode-se afirmar que, ao menos parcialmente, centro de memória e centro de documentação se assemelham, uma vez que ambos acumulam documentos e se preocupam com a gestão das informações para a geração de novos conhecimentos. Acontece, porém, que a função dos documentos no acervo de um centro de memória é diferente. O foco dos profissionais responsáveis por seu gerenciamento, via de regra, está no coletar, preservar, organizar e disponibilizar documentos relacionados especificamente à história da instituição e com os quais seja possível reconstituir sua memória (FONTANELLI, 2005, p. 85).

Em seu trabalho, Barbanti (2015) concorda com o conceito de Centro de Memória dado pelo Manual do Itaú Cultural e pelas autoras Goulart (2002), Fontanelli (2005) e Camargo e Goulart (2015), pois ela afirma que “[...] ao utilizarmos o termo Centro de Memória, estamos levando em conta não apenas o acúmulo de documentação inerente às instituições, mas também a abordagem no sentido de resgatar, preservar e disseminar sua memória institucional” (BARBANTI, 2015, p. 12).

2.3 Centro de Documentação e Memória

Dentro do campo da memória empresarial, as autoras Élide Gagete e Beth Totini discorrem sobre o resgate da memória nas empresas a fim de produzir produtos de acordo com as ações estratégicas corporativas de comunicação interna e externa.

Elas abordam os Centros de Documentação e Memória como produtos de memória empresarial. As autoras defendem que

Os Centros de Documentação e Memória são os mais completos produtos de memória empresarial. Constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico.

[...] A partir de sua implantação, podem dar origem ou suporte a todos os demais produtos [...], além de garantir a manutenção racional e sucessiva do conhecimento produzido cotidianamente, sem acúmulo desnecessário, perda ou dispersão de documentos que expressam a evolução da empresa e fundamentam a formação de sua cultura, seus valores e seu capital intelectual (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 124).

Ao compilar definições de Centro de Memória, Lauretti (2011) encontra uma definição dada por Beth Totini em seu artigo “A memória como instrumento de gestão empresarial”, a qual segue-se abaixo:

Os Centros de Documentação e Memória (CDM's), em especial, agregam documentos antes dispersos em diferentes setores ou esquecidos nos arquivos, racionalizando o fluxo e o acesso às informações pontuais e retrospectivas. [...]. Consolidado como espaço institucional de registro sistemático da evolução da empresa, desde sua fundação até a atualidade, os CDM's são, acima de tudo, responsáveis pelo gerenciamento de informações estratégicas. Informações que podem servir de base tanto para as ações cotidianas como para as grandes tomadas de decisão (TOTINI, 200?, apud LAURETTI, 2011, p. 37).

Ribeiro (2007) antecipa Barbanti (2015) quando diz que “São diversas as denominações atribuídas a esse ‘departamento’: centros de documentação e memória, centros de memória, centros de informação e memória, etc”. Porém, ela dá preferência ao termo “Centro de Documentação e Memória” defendendo que

[...] a denominação mais comum é, de fato, Centro de Documentação e Memória, pois este nome carrega o caráter múltiplo de seu acervo, onde é comum predominar a presença de arquivos documentais entre outros tipos de acervo (RIBEIRO, 2007, p. 44).

Podemos notar que Totini (200?) citada por Lauretti (2011) em sua definição de CDM's adere com a definição de Centros de Memória defendida por Goulart (2002) ao dizer que os CDM's agregam, reúnem, documentos que estavam dispersos ou esquecidos, sem qualquer organização nos arquivos ou em outros setores das empresas.

Gagete e Totini (2004), assim como posteriormente Barbanti (2015), dizem que o setor responsável pela memória da instituição pode vir a ter diversos nomes, mas tem como característica unificadora sua constituição por diversos tipos documentais.

Para melhor sistematizar as diferenças entre os três termos - Centro de Documentação, Centro de Memória e Centro de Documentação e Memória -, montamos o quadro 1 com as principais características das definições dadas por alguns autores citados anteriormente.

Quadro 1 – Comparação das definições dos termos Centro de Documentação, Centro de Memória e Centro de Documentação e Memória

Centro de Documentação	Centro de Memória	Centro de Documentação e Memória
<p>“Possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada” (TESSITORE, 2003, p. 14).</p> <p>“Reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização” (TESSITORE, 2003, p. 15)</p> <p>“A principal missão de um Centro de Documentação é o apoio à pesquisa institucional, acadêmica ou individual” (TESSITORE, 2003, p. 19).</p>	<p>O centro de memória, na maioria das vezes, é criado com a finalidade de preservar, organizar, disponibilizar e divulgar informações e documentos relativos à vida da instituição que os mantém. Este trabalho poderá fortalecer a imagem da entidade tanto para o público interno quanto externo. (FONTANELLI, 2005, p. 14)</p> <p>Poderá desempenhar um papel estratégico visto que ele agrupa todas as informações relacionadas à história da instituição (FONTANELLI, 2005).</p>	<p>“Os Centros de Documentação e Memória são os mais completos produtos de memória empresarial. Constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico” (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 124).</p>
<p>“Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados” (BELLOTTO, 2006, p. 39).</p>	<p>“[...] a partir do conhecimento e do entendimento de tudo o que é produzido pela instituição, definir quais são os documentos históricos relevantes e que devem ser reunidos no acervo” (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 9).</p>	
<p>Eles se formam “[...] por reunión y acumulación de información com</p>	<p>“[...] o que ocorre geralmente é a recomposição das séries documentais ligadas a certas</p>	

pretensiones de exhaustividad, de acuerdo con una especialización. Su crecimiento controlado es obra de documentalistas” (HEREDIA HERRERA, 1993 apud LAURETTI, 2011).

funções institucionais, que se encontram desorganizadas e esparsas, pela não obrigatoriedade legal de guarda” (GOULART, 2002, p. 25).

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Na busca de uma definição síntese a ser utilizada no presente trabalho, tomaremos como:

- **Centro de Documentação:** É um órgão colecionador e/ou referenciador, que reúne, guarda, preserva e acumula documentos e referências de um assunto específico com pretensão de exaustividade. Tem como missão o apoio e a pesquisa institucional, acadêmica ou individual visando o público especializado.
- **Centro de Memória:** É a área de uma instituição criada a partir da agregação de documentos de guarda não obrigatória, possui a finalidade de reunir, preservar, organizar, identificar, disponibilizar, divulgar e produzir produtos e conteúdos relativos à história da entidade que o mantém fortalecendo assim, sua identidade e sua imagem tanto para o público interno quanto externo. O CM pode desempenhar um papel estratégico para a tomada de decisões, pois ele agrupa todas as informações relacionadas à história da organização.

A partir das definições acima, não usaremos o termo Centro de Documentação e Memória (CDM), pois ele nos dá a ideia de que é a junção de ambos os centros, incorporando todas as suas possíveis funções, e essa possibilidade não foi encontrada na literatura consultada neste trabalho. Ademais, as definições encontradas para CDM correspondem com as de CM, tornando-as sinônimas.

Portanto, de agora em diante iremos utilizar somente os termos Centro de Documentação e Centro de Memória levando em consideração suas semelhanças e diferenças expostas acima.

2.4 Os acervos e tipos documentais encontrados em Centros de Memória

Vários autores citam que uma das características de um Centro de Memória é a detenção de diversos tipos de documentos.

Como exemplos temos Gagete e Totini (2004) e Ribeiro (2007) que apresentam os CM's tendo como característica sua constituição por diversos tipos documentais, onde é comum predominar a presença de arquivos documentais entre outros tipos de acervo.

Na mesma direção, Barbanti (2015, p. 33) afirma que: “Centros de Memória se tornam mais compreensíveis quando destacamos sua constituição a partir de acervos documentais variados” ela complementa: “[...] a heterogeneidade da informação acumulada é abundante. Trata-se de diversos suportes que são ou pretendem ser armazenados, tais como papéis, cartazes, mapas, objetos tridimensionais, livros, CDs e imagens, entre outros” (BARBANTI, 2015, p. 16).

Para cumprir com a missão de reunir, preservar, organizar, identificar, disponibilizar, divulgar e produzir produtos e conteúdos relativos à história da entidade que o mantém, Totini diz que é necessário que os acervos dos CM's sejam formados por diversos tipos de documentos como por exemplo:

[...] acervo textual, fotográfico, audiovisual e banco de depoimentos - que recebem tratamento técnico diferenciado e são disponibilizados através de banco de dados. (TOTINI, 200?, apud LAURETTI, 2011, p. 37)

Em sua obra com Élide Gagete, as autoras detalham os tipos de acervos encontrados em Centros de Memória juntamente com seus conteúdos e características. O quadro por elas elaborado será replicado a seguir.

Quadro 2 – Tipos de acervo e seus conteúdos/ características

Tipo de Acervo	Conteúdo / Características
Audiovisual / Videoteca	Fitas de áudio e/ou vídeo produzidas ou acumuladas pela empresa e referentes à sua área de atuação ou setores correlacionados.
Bibliográfico	Publicações e estudos de diferentes procedências e relacionados às linhas de acervo definidas.
Cultura Material	Objetos tridimensionais e documentos que representam aspectos significativos da trajetória da empresa, como troféus, certificados, equipamentos, mobiliário etc.
Museológico	Objetos e documentos que se destacam pelo caráter único e inovador que representam, não apenas no universo da própria empresa como do setor em que atua no país - por exemplo, o primeiro computador, o primeiro cartão magnético etc.
Fotográfico	Iconografia relacionada à empresa, de origem interna ou externa, em diferentes suportes (papel, eletrônico ou filme)

Referência	Acervos documentais e virtuais que servem como referência informativa relacionada às linhas de acervo. Pode também abranger monitoramento da concorrência.
Textual Permanente	Toda a documentação que reflete aspectos significativos da trajetória do empreendimento, desde sua criação até a atualidade - ou seja, não é formado apenas por documentos antigos ou raros. Fazem parte esse acervo documentos como: <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de várias naturezas, viabilizados ou não; • Relatórios técnicos e administrativos; • Campanhas promocionais / de marketing; • Perfis; • <i>Clippings</i> (papel ou eletrônico); • Jornais internos; • Correspondências de diretoria; • Projetos e programas de relações institucionais; • Planos estratégicos, etc.
Coleções	Documentos que atestam aspectos particulares, direta ou indiretamente relacionados às linhas temáticas principais, provenientes de diferentes origens. São consideradas coleções, por exemplo, a documentação relativa à trajetória pessoal e ou política de fundadores, dirigentes e outras personalidades ligadas à história da empresa.
Banco de Depoimentos	Registros gravados em áudio e ou vídeo de entrevistas com pessoas ligadas direta ou indiretamente à história da empresa. Essas entrevistas, conduzidas de acordo com os métodos da história oral, são complemento importante do trabalho de pesquisa histórica e de organização de fontes, na medida em que preenchem lacunas informativas e evidenciam elementos tangíveis da evolução da cultura organizacional.

Fonte: Gagete e Totini (2004, p. 125-126).

No Manual do Instituto Itaú Cultural, os tipos documentais encontrados nos CM's se relacionam diretamente com a política de formação do acervo onde se define quais tipos de documentos têm valor histórico para a instituição e que devem ser preservados e podem ser recolhidos sem que haja problemas administrativos, por exemplo, os documentos de constituição jurídica ou outros de caráter legal. Portanto, os tipos documentais encontrados em acervos de CM's dependerão da política da entidade em que estão vinculados.

Como estratégia de formação do acervo, o Manual orienta selecionar os documentos que possuem valor histórico nos arquivos permanentes da instituição de acordo com as áreas de atuação e funções. Essa proposta é exemplificada de acordo com o quadro 3:

Quadro 3 – Exemplos de documentos de acordo com suas áreas de atuação e funções

Áreas de atuação e funções	Exemplos de documentos
Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> • Estatutos; • Regimentos; • Atas de assembleia geral (ordinárias e extraordinárias); • Atas de reunião de conselhos de diretoria.
Corporativo	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de planejamento estratégico; • Organogramas; • Planos de negócios; • Normas e políticas da empresa; • Relatórios de diretoria.
Comunicação (Institucional, social e visual)	<ul style="list-style-type: none"> • Jornais internos, boletins; • Folders e folhetos de divulgação; • Publicações institucionais, como livros e revistas; • Relatórios anuais; • Releases; • Publicações tecnocientíficas cujo tema seja a empresa; • Clipping: notícias publicadas na imprensa sobre a empresa e seus produtos; • Planos de comunicação; • Registro fotográfico e audiovisual de eventos de comunicação; • Vídeos institucionais; • Documentos de desenvolvimento e de uso de logomarca; • Prêmios, diplomas e certificados conferidos à organização.
Marketing	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de pesquisa de mercado e de opinião; • Anúncios de merchandising em programas de rádio e televisão; • Catálogos e folders de produtos; • Relatórios de planejamento, desenvolvimento de projetos e resultados; • Brindes usados em ações de marketing; • Material promocional utilizado em pontos de venda; • Projetos de patrocínios; • Registro fotográfico e audiovisual de eventos de marketing.
Técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de desenvolvimento de produtos; • Relatórios de estudos e pesquisas; • Normas e procedimentos técnicos; • Atas de reunião de projetos; • Documentos referentes a parcerias e convênios técnicos; • Atas de reunião de projetos; • Documentos referentes a parcerias e convênios técnicos; • Documentos relativos à criação de instalações e unidades (plantas fabris, lojas e agências, entre outros); • Registros fotográficos e audiovisuais de instalações; • Amostras de produtos.
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Kits de integração; • Programas de desenvolvimento profissional; • Prontuários de funcionários; • Planos de cargos e salários; • Campanhas de saúde e segurança;

	<ul style="list-style-type: none"> • Programas e projetos de benefícios.
Financeiro e Contábil	<ul style="list-style-type: none"> • Diários gerais; • Balanços; • Orçamentos anuais; • Circulares normativas; • Planejamento de metas.

Fonte: Adaptado do Manual do Instituto Itaú Cultural (2013, p. 23-26).

O Manual expõe, além dos exemplos de documentos arquivísticos citados na tabela acima, outros tipos, tais como:

- **Documentos de entidades associadas:** que demonstrem a atuação de outras entidades ligadas à instituição, como fundações empresariais, clubes ou associações desportivas.
- **Arquivos pessoais:** documentos de pessoas que tiveram sua história ou atuação profissional diretamente ligada à instituição, como fundadores, sócios, funcionários e técnicos.
- **Objetos:** representantes da cultura material da organização. Podem ser equipamentos, troféus, produtos e vestuário, entre outros.
- **Coleções temáticas:** que contêm documentos reunidos artificialmente sobre um tema relacionado à história da organização. Por exemplo, uma coleção de fotografias sobre a empresa, que tenham sido registradas por funcionários, independente das atividades profissionais (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 26).

Ainda segundo este Manual, a catalogação deverá criar

[...] catálogos individuais para documentos audiovisuais, sonoros, fotográficos, textuais e gráficos, livros, periódicos e objetos. Por suas características, os documentos produzidos a partir das entrevistas de história oral também devem possuir um catálogo específico (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 39).

Tendo em mente essa heterogeneidade da natureza e dos tipos de documentos que constituem os acervos de um CM, a pesquisa de Barbanti (2015) levantou a necessidade de um estudo e reflexão mais aprofundados no tratamento da informação nas três áreas em que os Centros de Memória são tradicionalmente identificados, a saber: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Não trataremos aqui dos instrumentos específicos utilizados em cada uma das áreas, mas buscaremos realizar a discussão sob o ponto de vista da Organização e Representação do Conhecimento e da Informação, subdomínio da Ciência da

Informação que perpassa as três áreas, e dos Sistemas de Organização do Conhecimento que se aplicam aos CM's tendo em vista os diferentes tipos documentais pertencentes aos seus acervos.

3. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

No campo da Ciência da Informação, muito tem se discutido a definição dos termos “Organização do Conhecimento” (OC), “Organização da Informação” (OI), “Representação do Conhecimento” (RC) e “Representação da Informação” (RI). As autoras Bräscher e Café (2008, p. 2) demonstram a falta de clareza no uso dos termos citados quando dizem que “Por vezes o termo organização do conhecimento é utilizado no sentido de organização da informação e vice-versa e, em determinadas situações, empregam-se os termos conjuntamente - organização da informação e do conhecimento”.

Nas reflexões do currículo europeu de ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, escrito por Vanda Broughton, Joacim Hansson, Birger Hjørland e Maria J. López-Huertas, os autores ao se referirem ao uso dos termos organização da informação e organização do conhecimento para nomear a área também expressam a falta de consenso ao dizerem:

Às vezes, o uso de termos diferentes para uma área não tem implicações teóricas, pode ser apenas uma questão de modismos na terminologia. Como o uso irrestrito de termos científicos não é benéfico do ponto de vista científico e educacional, devemos procurar uma terminologia clara, na qual termos diferentes sejam usados apenas se eles significam coisas diferentes, e quem os usam devem argumentar por que consideram os termos que usam a melhor escolha (BROUGHTON et al., 2005, tradução nossa).

Considerando que a eficiência da comunicação depende diretamente da precisão no uso dos termos e seus respectivos conceitos, antes de apresentarmos as definições dos termos OC, RC, OI e RI, de acordo com diferentes autores do campo da Ciência da Informação, buscamos em primeiro lugar, definir os termos objeto desses processos, a saber: dado, informação e conhecimento, para delimitar o recorte contextual deste trabalho.

3.1 Dado, informação e conhecimento

De acordo com Lima e Alvares (2012) os termos informação e conhecimento são difíceis de se conceituarem devido à sua ampla possibilidade de significados e as concepções dadas em cada área. No caso da Ciência da Informação (CI) não é diferente, as conceituações dos termos são fruto de reflexões teóricas e, por vezes,

controversas. Apresentaremos a seguir algumas de suas definições dadas por diferentes autores do campo da CI e áreas afins.

Le Coadic (2004, p. 8) citado por Lima e Alvares (2012, p. 24) define dado como sendo “[...] a representação convencional, codificada, de uma informação em forma que permita submetê-la a processamento eletrônico”. Exemplificando, Meadow, Boyce e Kraft (2000, p. 35 apud LIMA; ALVARES, 2012, p. 24) dizem que dado é “[...] uma sequência de símbolos elementares, como dígitos ou letras”.

Lima e Alvares, apresentam também uma definição pragmática que se encontra no campo da tecnologia da informação, onde

[...] dado é a menor partícula da informação que, quando isolado, não possibilita a decodificação clara e comum ao entendimento humano, pois está fora do contexto que favorece a sua compreensão. Informação é o conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento. [...] O conhecimento está relacionado com os aspectos cognitivos que ocorrem na mente humana e envolvem os processos mentais de captação, assimilação, associação e também de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos (LIMA; ALVARES, 2012, p. 24).

Apesar do conhecimento ocorrer segundo a percepção e o processo de cada pessoa, sendo, portanto, subjetivo, ele é ao mesmo tempo um fenômeno social, pois os seres humanos interagem uns com os outros dialogando com suas culturas, com o mundo ao redor modificando e sendo modificado por ele, além de interagirem com o conhecimento acumulado ao longo do tempo.

Ainda segundo Lima e Alvares, a informação “[...] é o elemento que compõe o conhecimento. Pode-se dizer, de maneira simplificada, que a informação é o conhecimento possível de se materializar e de ser registrado em algum suporte” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 26). Sintetizando, para esses autores, o dado compõe a informação que por sua vez compõe o conhecimento que pode ser tanto individual quanto coletivo.

Na mesma linha, o professor Juan Carlos Fernández-Molina distingue os três termos como:

[...] dados são informação potencial, que somente são percebidos por um receptor se forem convertidos em informação e esta passa a converter-se em conhecimento no momento em que produz uma modificação na estrutura do conhecimento do receptor (FERNÁNDEZ-MOLINA, 1994, p. 328 apud BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 3).

Peter Burke, em sua obra “Uma história social do conhecimento” faz uma analogia para distinguir informação de conhecimento da seguinte maneira: “[...] informação: o que é relativamente ‘cru’, específico e prático. O autor denota conhecimento como aquilo que representa o que foi ‘cozido’, processado ou sistematizado pelo pensamento” (BURKE, 2003 apud BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 3), portanto o conhecimento é a informação (o cru) que passou por um processo, no caso cognitivo, para se transformar em algo “cozido”.

As autoras Bräscher e Café (2008), exploram outras visões de informação e conhecimento. Em seus trabalhos elas utilizam sobretudo o conceito dado por Fogl (1979, p. 21), no qual a informação compreende três elementos: conhecimento (conteúdo da informação); linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); e suporte (objetos materiais ou energia).

Segundo Fogl, “[...] não há conexão direta entre informação e objeto, uma vez que a única fonte de origem da informação é o conhecimento, a consciência humana e não o próprio objeto que está sendo conhecido, avaliado ou transformado” (FOGL, 1979, p. 22 apud BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 3). Nesta visão, a informação parte do conhecimento, e não o contrário.

Bräscher e Café (2008, p. 4) sintetizam outras importantes características dos conceitos de informação e conhecimento dadas por Fogl (1979) as quais serão replicadas a seguir:

1. Conhecimento é o resultado da cognição (processo de reflexão das leis e das propriedades de objetos e fenômenos da realidade objetiva na consciência humana);
2. Conhecimento é o conteúdo ideal da consciência humana;
3. Informação é uma forma material da existência do conhecimento;
4. Informação é um item definitivo do conhecimento expresso por meio da linguagem natural ou outros sistemas de signos percebidos pelos órgãos e sentidos;
5. Informação existe e exerce sua função social por meio de um suporte físico;
6. Informação existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela, desde o momento de sua origem.

Portanto, para Fogl a informação é a materialização do conhecimento, ela é expressa por meio de uma linguagem e se fixa em um suporte físico.

Observando as citações acima podemos identificar duas visões do conceito de informação e conhecimento. A primeira, seria que o conhecimento deriva da informação que por sua vez forma-se a partir dos dados; já na abordagem de Fogl, a única fonte de origem da informação é o conhecimento, ou seja, a consciência humana

se manifesta através da informação a qual é expressa por meio da linguagem (natural ou artificial) e necessita de um suporte físico para existir e exercer sua função.

Tanto numa visão quanto na outra, a informação e o conhecimento são elementos distintos, apesar de se relacionarem fortemente. Portanto, se informação e conhecimento se diferem, a Organização da Informação e a Organização do Conhecimento, assim como a Representação da Informação e a Representação do conhecimento, também deverão ser distintos.

Nos próximos itens iremos apresentar tais diferenciações. Mesmo que antes de se organizar e representar a informação temos que organizar e representar o conhecimento, aqui apresentaremos primeiramente a OI e RI para depois abordarmos a OC e RC.

3.2 Organização e representação da informação

Para a definição de OI e RI, assim como para OC e RC, partimos do ponto de vista de Bräscher e Café (2008, p. 5-6), onde “No contexto da OI e da RI, temos como objeto os registros de informação. Estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito” diferentemente do contexto da OC e RC onde estaríamos “[...] no mundo dos conceitos e não daqueles dos registros de informação”.

Assim sendo, a organização e a representação da informação têm como objeto a informação que, baseando-se em Fogl, necessita de um suporte físico para existir e exercer sua função.

3.2.1 Organização da informação

Segundo Bräscher e Café (2008), a organização da informação é um processo que envolve a **descrição física e de conteúdo** dos **objetos informacionais** cujo objetivo é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação.

Nesta definição, as autoras entendem os seguintes termos como:

- **descrição:** “[...] um enunciado de propriedades de um ‘objeto’ ou das relações desse objeto com outros que o identificam” definição dada por Svenonius (2000);
- **descrição de conteúdo:** tem por objeto o primeiro dos três elementos da informação propostos por Fogl - o conhecimento;

- **descrição física:** direciona-se ao terceiro elemento proposto por Fogl - o suporte da informação;
- **objetos informacionais:** advém da ideia de *information package* (pacote informacional) empregada por Taylor (2004) para a diversidade de tipos de informação registrada (textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas, páginas da web, entre outros) em diferentes suportes.

Na definição acima, Bräscher e Café (2008) acrescentam que o segundo elemento da informação proposto por Fogl - a linguagem - permeia os dois tipos de descrição. Notamos também que elas se baseiam na definição do mesmo autor ao considerar que a informação parte do conhecimento e não o contrário como afirmam Fernández-Molina (1994), Burke (2003) e Lima e Alvares (2012).

Na mesma linha, Café e Sales (2010, p. 119-120) também separaram a organização da informação em dois tipos de descrição:

A organização da informação é notadamente composta por duas dimensões relativas ao tratamento da informação – a dimensão descritiva, voltada aos elementos relativos à forma dos documentos (como na catalogação descritiva) e a dimensão temática, voltada aos conteúdos informacionais (como na catalogação de assuntos, na classificação, na indexação e na análise documental).

Os autores complementam a definição de OI exemplificando que:

A descrição física de um objeto informacional se dá pelo processo de catalogação cujo resultado é a representação do suporte físico ou documento. Pode utilizar linguagens específicas, normas e formatos que padronizam este tipo de descrição. Um exemplo é a AACR2 (Anglo-american Cataloguing Rules 2. ed.). A descrição do assunto recebe várias denominações na literatura como Análise documentária (CUNHA, 1989), Análise Temática (CAVALCANTI, 1978), Análise de Assunto (DIAS; NAVES, 2007), Descrição de Conteúdo (GUINCHAT; MENO, 1994) e Tratamento Temático da Informação (Foskett, 1973). Ela é realizada pelos processos de classificação, indexação e resumo ou condensação documental (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118).

É importante ressaltar que a OI além de se aplicar às ocorrências individuais de objetos informacionais, ela ocorre também na “[...] organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções, neste caso temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). Ou seja, a OI não se aplica somente a um documento, ela é usada igualmente em conjuntos de documentos.

Lima e Alvares (2012, p. 34-35) seguem na mesma linha ao dizer que

No domínio da organização da informação estão os meios para recuperar a informação com vistas ao melhor desempenho e fidedignidade. É um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição de assunto de seus objetos informacionais.

Portanto, é devido a organização da informação que se torna possível recuperar a informação independentemente do suporte em que ela está afixada.

Em relação a qualidade da recuperação da informação organizada, os autores ressaltam que:

Em um sistema de informação, a qualidade obtida na recuperação da informação depende substancialmente dos procedimentos e instrumentos utilizados na organização da informação. Os padrões de organização devem, portanto, ser definidos desde a concepção do sistema, para permitir que a informação seja encontrada posteriormente (LIMA; ALVARES, 2012, p. 35).

Então, desde o momento da criação de uma política para a organização da informação, deve se ter claro quais são os procedimentos e os instrumentos que serão utilizados. Esta escolha clara desde o início colabora para aumentar a qualidade da recuperação da informação.

Bräscher e Café (2008) utilizam as ideias de Shera e Egan (1961, p. 44) sobre a Biblioteconomia e a Documentação para delinear sua visão do processo de organização da informação, os autores por elas citados consideram a OI como sendo um processo de "[...] individualização de determinado item entre o vasto número dos que formam o conjunto de literatura", com o objetivo de possibilitar que esse item seja recuperado quando necessário. As autoras trazem a citação para o contexto atual em que a OI aplica-se ao conjunto de objetos informacionais e não apenas à literatura.

Sendo a OI um processo de descrição, seu produto é a representação da informação (RI) que pode ser entendida como "[...] um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico" (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). Ou seja, na OI ocorre a descrição física e de conteúdo de um documento, essa descrição gera a RI, que é a representação dessas descrições.

3.2.2 Representação da informação

A representação da informação não substitui o documento em sua integridade, porém ela permite identificar seus atributos fundamentais, os quais os usuários irão

se basear para decidir se desejam consultar o documento que originou tal representação.

Representar a informação é um dos principais objetos de trabalho de profissionais da informação, como os bibliotecários, arquivistas, museólogos, entre outros. “Eles precisam dominar os processos de análise e síntese dos documentos para gerar formas de representação que permitam identificá-los e recuperá-los a partir de seus atributos e características principais” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 35-36).

Como vimos, há dois processos na organização da informação: a representação descritiva, isto é, do suporte físico através da catalogação que gera a ficha catalográfica e a referência bibliográfica; e, a representação temática, que seria a descrição do assunto dada através da análise documentária cujos produtos resultam na classificação, indexação, resumo e índice.

A representação descritiva, também chamada de catalogação descritiva, é a descrição da forma física do documento, contempla as informações ligadas à produção editorial, tais como o responsável pela obra, título da publicação, editor, ano de publicação, número de páginas, entre outros (MAIMONE, 2011; SOUZA, 2013; GALVÃO, 1998).

A classificação e a indexação, embora sejam componentes da catalogação, sendo também compreendida como a “catalogação de assuntos” passou a ser chamada de “representação temática”, visto que ela alcançou um desenvolvimento próprio e gerou grandes avanços na teoria da informação (MEY, 1987 apud MAIMONE, 2011).

Café e Sales (2010) explicam de maneira simplificada o que seria a classificação, o nível mais elementar da descrição de conteúdo. Segundo os autores

A classificação gera uma representação da informação no formato de números ou símbolos. Geralmente, ela descreve o conteúdo do documento de forma mais abrangente. Os instrumentos ou linguagens utilizadas neste caso são os Sistemas de Classificação, cujos exemplos clássicos são a Classificação Decimal Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118).

Para complementar a classificação, a indexação tem uma abordagem mais específica, ela “É a operação pela qual escolhe-se os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 175). Como resultado desse processo são gerados os descritores que, quando reunidos, podem formar os índices.

Por fim, a elaboração de resumos é o terceiro processo da descrição de conteúdo, ele tem por função complementar a informação dada pela classificação e pela indexação. O resumo condensa a informação contida no texto, sua extensão e tipo são variáveis. De acordo com a Norma ABNT NBR 6028 (Associação Brasileira de Normas Técnicas) há três tipos de resumos: indicativo; informativo; e crítico, também chamado de resenha (GUINCHAT; MENOUE, 1994; CAFÉ; SALES, 2010). Podemos observar que da classificação para a indexação para o resumo, a RI passa do nível mais geral para o mais específico.

É importante salientar que essas descrições de conteúdo (classificação, indexação e elaboração de resumos) se tratam de uma

[...] representação conceitual individual, relativa a um objeto informacional em particular, na qual a escolha dos elementos de representação leva em conta a maneira como o autor expõe as ideias no texto, bem como as necessidades informacionais dos usuários potenciais de um sistema de informação (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

A RI não deve ser confundida com a representação do conhecimento, mesmo que na descrição de conteúdo (processo de RI) ocorra uma representação conceitual pois ela é individual e se refere a um objeto informacional em particular, é a visão de um único autor contido em um único documento, enquanto que na RC “[...] é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). Ou seja, quando abordamos o conceito na RI ele é individual e se refere a informação - que só existe através de um suporte físico -, enquanto que ao tratar do conceito na RC ele é consensual - entre vários autores e/ou no campo específico -, e o conceito é tido como parte do conhecimento, sendo assim pertencente ao mundo abstrato, das ideias.

Observamos que todos os tipos de RI são condensações das informações contidas nos documentos que tentam descrever de forma abreviada suas características/conteúdos a fim de facilitar sua recuperação.

3.3 Organização e representação do conhecimento

Relembrando as ideias de Bräscher e Café (2008, p. 6), “Quando nos referimos à OC e à RC, estamos no mundo dos conceitos e não daquele dos registros de informação [mundo dos objetos físicos]” pois ao se apoiarem em Dahlberg, as autoras entendem que a OC deve ser baseada em unidades de conhecimento, que nada mais são do que conceitos.

3.3.1 Organização do conhecimento

Concordamos com a definição de OC dada pelas autoras citadas acima quando elas a explicita da seguinte forma:

Delineamos a OC como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema notacional. Como afirma Vickery (2008), organizar o conhecimento é reunir o que conhecemos em uma estrutura sistematicamente organizada (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 8).

Nesta proposta, elas se baseiam na concepção de Ingetraut Dahlberg, cientista da informação e filósofa alemã, quando fundamentam a organização do conhecimento na teoria do conceito. Bräscher e Café (2008, p. 8) citam a definição de OC dada por Dahlberg (1993, p. 211), a saber:

[...] a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos.

Dahlberg (1978, p. 102) entende como formação dos conceitos a

[...] reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico. Esse símbolo pode ser verbal ou não-verbal, ou seja, pode ser formado por sinais ou conjuntos de sinais independentes das palavras.

Quanto às características dos conceitos, a autora se refere às propriedades dos conceitos “[...] formulando enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos” (DAHLBERG, 1978, p. 102). Ela nos dá um exemplo o qual será exposto abaixo:

Um periódico é um documento que se publica periodicamente.
 Um documento que se publica periodicamente é um documento.
 Um documento é um suporte de informação.
 Um suporte de informação é um objeto material.
 Um objeto material é um objeto.

Os enunciados acima são verdadeiros e cada enunciado apresenta um atributo do objeto que são as chamadas características. No exemplo dado há uma hierarquia

de características, pois o predicado de um enunciado tornou-se um sujeito de um novo enunciado até atingir uma característica tão geral que pode ser chamada de uma categoria, entendida aqui como o conceito na sua mais ampla extensão (DAHLBERG, 1978).

De forma geral, entendemos que para Dahlberg (1978, 1993) e Bräscher e Café (2008) a OC organiza os conceitos segundo suas características e os aplicam a objetos ou assuntos.

Porém, como dito no início deste capítulo, outros autores apresentam definições onde o termo organização do conhecimento é usado no sentido de organização da informação, de acordo com a visão adotada neste trabalho.

No artigo “What is Knowledge Organization (KO)?”, de Birger Hjørland, professor, cientista da informação e bibliotecário dinamarquês, ele define OC

No sentido restrito [usado na Ciência da Informação] Organização do Conhecimento (OC) trata-se de atividades como descrição, indexação e classificação de documentos executadas em bibliotecas, bancos de dados bibliográficos, arquivos e outros tipos de “instituições de memória” por bibliotecários, arquivistas, especialistas da informação, especialistas em assuntos, bem como por algoritmos de computador e leigos (pessoas não profissionais no campo da CI) (HJØRLAND, 2008, p. 86, tradução nossa).

Este mesmo sentido é utilizado também por Anderson (2003) citado por Lima e Alvares (2012, p. 29) para ele, OC é “[...] todo método de indexação, resumo, catalogação, classificação, gerenciamento de dados, bibliografia e bases de dados para a recuperação da informação. É a descrição de documentos, de seus conteúdos, características e propósitos”.

Nestas duas definições acima, segundo nossa proposta, esses processos (indexação, classificação, catalogação, resumo) se aplicam aos objetos informacionais, que são objetos físicos e individuais, portanto se referem a organização da informação - aplicada ao mundo material - e não a organização do conhecimento - mundo dos conceitos.

A organização do conhecimento, segundo Broughton et al. (2005, p. 133), é sobre “[...] proporcionar condições ideais para a identificação e a recuperação de documentos ou parte de documentos”. Portanto, a organização do conhecimento gera como produto a representação do conhecimento o qual se manifesta através dos sistemas de organização do conhecimento que contribui para a recuperação da informação.

3.3.2 Representação do conhecimento

Lima e Alvares (2012) fazem referência a Alon Friedman e a Martin Thellefsen, quando em um artigo de 2011 eles utilizaram a teoria dos signos de Peirce juntamente com a teoria dos conceitos para explorar sua aplicabilidade à organização do conhecimento. Neste artigo, os autores ressaltam a existência de dois problemas teóricos em relação ao termo representação do conhecimento, o primeiro é a inexistência de uma terminologia unificada, e o segundo é a falta de compreensão estrutural e teórica no que diz respeito ao termo.

Um indício dessa falta de concordância terminológica e diversidade de abordagens pode ser o fato de que várias áreas do conhecimento utilizam a RC, como a Linguística, Filosofia, Psicologia, Ciência da Informação e Inteligência Artificial. Elas abarcam desde os estudos da cognição humana até os modelos de representação construídos artificialmente para uso em sistemas especialistas (BRÄSCHER; CARLAN, 2010). Como este trabalho se restringe ao campo da CI, abordaremos a RC num escopo restrito às representações construídas pelo homem e como fruto da OC.

Brian Campbell Vickery, cientista da informação britânico, já dizia que as pesquisas sobre a representação do conhecimento já eram efetuadas no campo da CI desde a origem da Documentação

A representação do conhecimento na forma simbólica é uma questão que preocupa o mundo da Documentação desde sua origem. O problema agora é relevante em muitas outras situações além dos documentos e índices. A estrutura de registros e arquivos de bases de dados; a estrutura de dados nos programas de computador; a estrutura sintática e semântica da linguagem natural; a representação do conhecimento em inteligência artificial; os modelos de memória humana: em todos esses campos é necessário decidir como o conhecimento pode ser representado de forma que estas representações possam ser manipuladas (VICKERY, 1986, p. 145, tradução nossa).

Vickery (1986) diz que diferentes técnicas de representações foram desenvolvidas em cada área do conhecimento e que essas diferenças e variações se deram devido às formas de se manipular as RC.

Na visão de Alvarenga, a partir das ideias de Dahlberg, ela afirma que

[...] dos enunciados sobre os seres gera-se o chamado conceito, unidade de conhecimento referente ao ser percebido, componente essencial do conhecimento a ser representado. O processo de produção dos registros de conhecimento compreende a etapa de

representação da coisa ou ser, gerando-se em decorrência um produto final, um conhecimento sobre a coisa (ALVARENGA, 2003, p. 22 apud LIMA; ALVARES, 2012, p. 33).

Ou seja, é a partir dos conceitos que se gera a representação do conhecimento. Concordando com a citação acima, Bräscher e Café (2008, p. 6) apresentam a RC sendo derivada do processo de OC e ela “[...] se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo [que por sua vez são abstrações da realidade]”. As autoras citam Le Moigne que diz que estes modelos “[...] permitem descrever e fornecer explicações sobre os fenômenos que observamos”.

É importante lembrar que

No caso da representação do conhecimento, a representação construída não se restringe ao conhecimento expresso por um autor [como ocorre na RI], ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

Para estas autoras, ao se representar o conhecimento, utilizamos diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOCs) que nada mais são que “[...] sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p.8).

No próximo capítulo discutiremos sobre estes sistemas de organização do conhecimento (SOCs).

4. SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOCs)

Tomando a concepção de que as representações do conhecimento são modelos de abstração do mundo real construídos para determinada finalidade, e nos delimitando à RC restrita às representações construídas pelo homem, abordaremos os Sistemas de Organização do Conhecimento como instrumentos de representação do conhecimento.

O Sistemas de organização do conhecimento (SOCs) é a tradução do termo *Knowledge Organization Systems (KOS)* que segundo Bräscher e Carlan (2010, p. 149)

[...] são objetos de interesse particular para a Ciência da Informação, uma vez que cumprem importante papel de padronização da terminologia adotada para organização e recuperação de informações, ao delimitar o uso de termos e definir conceitos e relações de alguma área do conhecimento, de forma compartilhada e consensual. Esses sistemas são fruto do processo de organização do conhecimento

Portanto, os SOCs abordados na CI exercem o papel de padronizar a terminologia, delimitando termos/descriptores ao conceituá-los dentro de determinada área do conhecimento. Porém observamos que não há um consenso em relação à abrangência do conceito de SOC nem aos tipos de sistemas que eles englobam.

Vickery reúne os SOCs, segundo uma perspectiva histórica, em quatro grupos. São eles:

1. Era da pré-coordenação: os SOCs eram estruturas estáticas e atendiam às necessidades dos sistemas manuais de organização e recuperação da informação, como índices e catálogos. Incluem-se aqui as listas de cabeçalhos de assunto e as classificações.
2. Era da pós-coordenação: os SOCs tornam-se mais dinâmicos e possibilitam que cada um de seus elementos (termos) sejam manipulados de forma independente para representar os assuntos de cada documento. Exemplos de SOC dessa era são vocabulários controlados (listas de termos autorizados para uso na indexação e recuperação da informação) e tesouros.
3. Era da Internet: os SOCs que se destacam são as classificações hierárquicas que orientam o usuário na escolha do termo que melhor expressa sua questão de busca; os elos estabelecidos por meio de URL entre itens da Web e os índices das ferramentas de busca, compostos de palavras extraídas dos conteúdos dos objetos informacionais.
4. Era da Web Semântica: os SOCs dessa era diferenciam-se dos demais por serem projetados para uso por agentes inteligentes. O principal exemplo são as ontologias (VICKERY, 2008 apud BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 151).

A cada Era, Vickery destaca a função de organização e recuperação da informação que os SOCs cumprem nos diferentes momentos da evolução dos sistemas de informação.

Outra autora citada por Bräscher e Carlan é também a cientista da informação, Gail Hodge. As autoras dizem que:

A classificação de tipos de SOC proposta por Hodge (2000) é utilizada por vários autores (SHIRI, MOLBERG, 2005; MCCULLOCH, MACGREGOR, 2008; HJØRLAND, 2008; ZENG, 2006) e também adotada pelo Networked Knowledge Organization Systems and Services – NKOS (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 151).

Citado pelas autoras acima e por Lehmkuhl (2019), Hodge alega que os SOCs são mecanismos para organizar informações, e estão no centro de todas as bibliotecas, arquivos e museus. Eles incluem:

[...] os esquemas de classificação que organizam materiais em nível geral (como livros em estantes), cabeçalhos de assunto que provêm acesso mais detalhado e listas de autoridade que controlam versões variantes de chaves de acesso à informação (nomes geográficos e nomes de pessoas). Incluem, ainda, esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias (HODGE, 2000 apud BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 151).

Esta autora agrupa os SOCs em três categorias:

1. Listas de termos, geralmente acompanhados de suas definições; elas compreendem:
 - Dicionários: lista alfabética de palavras e suas definições. Seu escopo é mais geral que o dos glossários;
 - *Gazetteers*: dicionário de nomes de lugares e acidentes geográficos, tais como cidades, rios, vulcões. Quando georreferenciados, os *gazetteers* apresentam as coordenadas para a localização de lugares na superfície da Terra;
 - Glossários: lista de termos com definições, geralmente de um assunto ou domínio específico;
 - Lista de autoridades: listas de termos que controlam as variações de nomes para entidades, como nomes de países, indivíduos ou instituições.
2. Classificações e categorias, que enfatizam a criação de conjuntos de assuntos. São eles:

- Cabeçalhos de assunto: conjunto de termos controlados que representam os assuntos de uma coleção;
- Esquemas de classificação: utilizados para agrupar entidades em classes mais gerais;
- Esquemas de categorização: geralmente usados para reunir os termos de tesouros em tópicos;
- Taxonomias: usadas em modelos orientados a objeto e em sistemas de gestão do conhecimento, para indicar grupos de objetos baseados em características particulares.

Estes tipos de SOC fornecem meios para separar termos e entidades em grupos ou níveis de tópicos amplos;

3. Listas de relacionamentos: agrupam SOCs que privilegiam a conexão entre termos e conceitos. Englobam:

- Tesouros: conjunto de termos que representam conceitos e as relações de equivalência (sinonímia), hierárquicas e associativas que se estabelecem entre eles;
- Redes semânticas: estrutura de conceitos e termos em forma de rede ou teia, os conceitos são nós e os relacionamentos expandem-se a partir dos nós;
- Ontologia: estrutura de conceitos e representação dos relacionamentos complexos entre eles, incluindo regras de inferência e axiomas (evidência cuja comprovação é dispensável por ser óbvia; princípio evidente por si mesmo) (BRÄSCHER; CARLAN, 2010; LEHMKUHL, 2019).

Bräscher e Carlan (2010) pontuam que mesmo sendo aceita por grande parte dos autores da CI, elas não concordam plenamente com a abrangência atribuída ao conceito de SOC por Hodge, onde ela reúne diferentes tipos de instrumentos sob essa mesma denominação.

Para as autoras, as listas de autoridade, dicionários, glossários e *gazetteers*

Apesar de serem instrumentos de organização e recuperação da informação, as listas de autoridade não contemplam a representação em nível conceitual. São instrumentos que têm por essência a padronização de vocabulário e não constituem representações do conhecimento. Os dicionários, glossários e *gazetteers* delimitam conceitos e apresentam alguns tipos de relações conceituais, como as

relações de equivalência e associativas. No entanto, não são instrumentos elaborados com os objetivos de organização e recuperação de informações (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 153).

Portanto, elas preferem recorrer a visão de outros autores que definem os SOC num sentido mais restrito, como Broughton et al. (2005, p. 143) que consideram os SOCs como

[...] ferramentas semânticas. Eles [os SOCs] consistem de palavras, conceitos e relações semânticas. As teorias sobre os SOCs devem explicar como os termos e conceitos devem ser selecionados e definidos, e como suas relações semânticas devem ser definidas e selecionadas.

Entretanto, Bräscher e Carlan (2010) preferem adotar “termos” ao invés de “palavras”.

Para Broughton et al. (2005), as relações semânticas podem ser:

- **Relações ativas:** uma relação semântica entre dois conceitos, um deles expressa a execução de uma operação ou processo afetando o outro;
- **Antônimos:** (A é o oposto de B; ex: frio é o oposto de quente);
- **Relações associativas:** (A é associada mentalmente, por alguém, com B). Frequentemente são relações associativas somente relações não especificadas. No tesauro são antônimos, por exemplo, habitualmente não especificada, mas pode ser listada junto com termos representando outros tipos de relações sob o rótulo de “relações associativas”;
- **Relação causal:** A é a causa de B. Por exemplo: o escorbuto [doença] é causado por falta de vitamina C;
- **Homônimo:** dois conceitos, A e B são expressos pelo mesmo signo. Exemplo: uma instituição financeira e o móvel para assento para mais de uma pessoa, ambos são expressos pela palavra “banco” (a palavra possui dois sentidos);
- **Relações hipônimas:** (hipônimo-hiperônimo), relação genérica, relação gênero-espécie: uma relação hierárquica subordinada. (A é um tipo de B; A é subordinado a B; A é mais específico que B; B é mais geral que A);
- **Relação de localização:** uma relação semântica a qual um conceito indica uma localização de algo designado por um outro conceito. A está localizado em B; exemplo: minorias na Dinamarca.
- **Meronímia, relação partitiva** (relação parte-todo): um relacionamento entre o todo e suas partes (A é parte de B). Uma meronímia é o nome de uma parte constituinte de uma substância de, ou um membro de algo. Meronímia é o oposto de holonímia (B possui A como parte dele mesmo). (A é mais específico que B; B é mais geral que A);
- **Termo relacionado:** termo o qual é semanticamente relacionado a outro termo. No tesauro os termos relacionados são representados pela sigla TR [ou em inglês RT] e é usado para outros tipos de relações semânticas do que sinônimos (USE, USE PARA), hominimidade (separada por um qualificador parêntico), relação genérica e relação partitiva (TG; TE) [em inglês BT; NT]. Relacionar termos pode, por exemplo expressar relações antagônicas, relações ativas/passivas, relações causais, relações de localidades, relações paradigmáticas;
- **Sinônimo:** (A significa o mesmo que B; A é equivalente a B);

- **Relação temporal:** é uma relação semântica na qual um conceito indica um tempo ou período de um evento designado por outro conceito. Exemplo: Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. (BROUGHTON et al., 2005, p. 143-144, tradução nossa)

Portanto, concordamos com as autoras Bräscher e Carlan (2010), onde os SOCs são ferramentas semânticas. Elas se apoiam também na definição proposta por Hjørland, a saber: “[...] os SOCs são ferramentas que apresentam a interpretação organizada de estruturas do conhecimento, também chamadas de ferramentas semânticas” (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 152). De acordo com este autor, “[...] essas ferramentas contemplam, essencialmente, conceitos e suas relações semânticas, além de informar o significado dos termos ou símbolos que empregam” (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 153).

Neste trabalho iremos concordar com a abordagem de Bräscher e Carlan (2010), onde os SOCs são essencialmente instrumentos que devem trabalhar com os conceitos de termos e se relacionarem entre si. Ademais, na CI, os SOCs cumprem a função de auxiliar a organização e recuperação da informação desempenhando o papel de instrumento que gera embasamento para a representação da informação na descrição de conteúdo. Assim como dizem Bräscher e Melo (2014) ao exemplificar que os sistemas de classificação bibliográfica, os tesauros, as taxonomias e ontologias são tipos de SOCs que subsidiam os processos de organização e recuperação da informação. Esses SOCs padronizam os termos utilizados para representar os conceitos, delimitam seus significados, e dão a precisão dos relacionamentos semânticos entre conceitos. Sendo assim, os instrumentos da OC podem ajudar na RI facilitando a recuperação da informação.

4.1 Exemplos de SOCs

Nesta seção, iremos apresentar e comparar quatro instrumentos de organização do conhecimento: os sistemas de classificação, as taxonomias, os tesauros e as ontologias que, segundo Bräscher e Melo (2014, p. 68),

[...] são tipos de SOC que desempenham a função de subsidiar os processos de organização e recuperação da informação com a padronização dos termos empregados para representar os conceitos, delimitação do significado a ser interpretado e indicação precisa dos relacionamentos semânticos entre conceitos.

Como já explicitado, Broughton et al. (2005) consideram os SOCs como ferramentas semânticas, eles dão exemplos de diversos tipos de relações semânticas,

entretanto, para os quatro tipos de instrumentos que discorreremos abaixo, iremos considerar somente três tipos utilizados na estruturação de um SOC: relações de equivalência, que ocorrem entre termos sinônimos; hipônimas (hipônimo-hiperônimo), conhecido também como hierárquicas (superordenação e subordinação); e associativas, “[...] as relações associativas agrupam todas as outras relações que não são de hierarquia nem de equivalência” (MAIA et al., 2017, p. 6).

4.1.1 Sistemas de classificação

A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), elaborada pela *National Information Standards Organization* (NISO) que pertence ao *American National Standards Institute* (ANSI), define sistemas de classificação como sendo um método de organização de acordo com princípios pré-estabelecidos, geralmente representado por códigos identificadores e organizados em uma estrutura hierárquica com relação entre as entidades.

Na mesma linha, Bräscher e Carlan (2010, p. 157) definem o processo de classificação como sendo

[...] uma formação metodológica e sistemática onde se estabelecem critérios para a divisão, isto é, a formulação de um esquema de categorias, classes e subclasses, baseado nas características e relações dos objetos considerados.

As autoras citam William Howard Phillips, que em seu livro “*A primer of book classification*”, coloca três perspectivas para os sistemas de classificação, eles são de acordo com a:

1. Finalidade: a classificação filosófica, das ciências ou do conhecimento voltadas para a definição e a hierarquização do conhecimento humano e a bibliográfica, destinada à organização dos documentos (livros, periódicos, etc.) para facilitar a localização;
2. Característica: a classificação pode ser natural, quando o fator de distinção é fundamental para a natureza do objeto e artificial, quando a base da divisão depende de uma qualidade acidental;
3. Área do conhecimento: a classificação pode ser geral no caso da enciclopédica e especializada que podem ser científicas ou bibliográficas.

Segundo Bliss (1952 apud BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 157):

[...] uma classificação de material bibliográfico é uma classificação de assuntos, que, na verdade, constitui-se numa organização estrutural do conhecimento e do pensamento e que atende a objetivos funcionais de organização do conhecimento. Dos sistemas de classificação bibliográficos, os mais conhecidos são: Classificação Decimal de Dewey (CDD); Classificação Decimal Universal (CDU); Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (LCC – Library of Congress Classification).

Vera Regina Casari Boccato coloca os sistemas de classificação como sendo uma

[...] linguagem hierárquica, pré-coordenada, formada por signos artificiais que apresentam uma relação de superordenação e subordinação entre si, em que cada conceito é superior ao conceito seguinte, apresentando-se, dessa maneira, numa estrutura normativa (BOCCATO, 2008, p. 273 apud BOCCATO, 2011, p. 177).

A autora ressalta ainda que os sistemas de classificação são usados para indicar a localização dos documentos nas estantes, nos catálogos e nos próprios sistemas de classificação.

Assim sendo, os sistemas de classificação bibliográficos são estruturas hierárquicas de assuntos por classes, subclasses e categorias, indo do geral para o específico, ela é aplicada para classificar documentos em qualquer suporte sob uma forma de notação pré-estabelecida.

É importante ressaltar a diferença entre classificação e sistemas de classificação. A classificação é um processo da representação da informação e os sistemas de classificação bibliográficos são instrumentos da representação do conhecimento. Apontamos que apesar da classificação ser um processo que utiliza os sistemas de classificação, ambos são distintos e pertencem a diferentes tipos de representações.

A classificação (na RI) representa o assunto de um objeto informacional - através da condensação semântica -, já os sistemas de classificação bibliográfica (na RC) “São sistemas predeterminados de conceitos logicamente estruturados e acompanhados de um código identificador” (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 157).

Para ilustrar damos o exemplo a seguir:

Ao classificar um livreto oriundo da exposição “Pestana”, que ocorreu em 1995 no Centro Universitário Maria Antonia da Universidade de São Paulo, com obras do artista cartunista Maurício Pestana, identificamos que seu assunto é Cartum. Esta classificação se refere a um objeto informacional específico (o livreto), portanto é uma

representação da informação. Para representar esta classificação, podemos utilizar a CDU (Classificação Decimal Universal), que se trata de um sistema de classificação bibliográfica (instrumento de representação do conhecimento) no qual o assunto do livro é um conceito que se agrupa em classes, subclasses e categorias identificados pelos códigos a seguir:

Quadro 4 – Classes da CDU e seus respectivos códigos

Código	Classes
0	Ciência e conhecimento. Organização. Informática. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações
1	Filosofia. Psicologia
2	Religião. Teologia
3	Ciências Sociais
5	Matemática. Ciências naturais
6	Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia
7	Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto
8	Língua. Linguística. Literatura
9	Geografia. Biografia. História

Fonte: Adaptado da UDC Summary (2020).

O assunto do livreto, *Cartum*, pertence a classe 7, Arte. Recreação. Entretenimento. Desporto. Dentro desta classe encontramos as seguintes subclasses representadas com o código 7 seguido de algarismos decimais.

Quadro 5 – Subclasses da CDU e seus respectivos códigos

Código	Subclasses
71	Planejamento territorial, físico. Planejamento regional, urbano e rural. Paisagens, parques, jardins
72	Arquitetura
73	Artes plásticas
74	Desenho. Design. Artes e ofícios aplicados
75	Pintura
76	Artes gráficas. Gravura
77	Fotografia e processos similares

78	Música
79	Divertimentos. Espetáculos. Jogos. Desportos

Fonte: Adaptado da UDC Summary (2020).

O assunto do livreto se encontra dentro da subclasse de Desenho. Design. Artes e ofícios aplicado, a qual possui as seguintes subdivisões:

Quadro 6 – Subdivisões da subclasse 74

741	Desenho em geral
742	Perspectiva no desenho
744	Desenho linear e geométrico. Desenho técnico

Fonte: Adaptado da UDC Summary (2020).

Dentro da subclasse 741 (Desenho em geral) ainda encontramos a seguinte divisão por categorias:

Quadro 7 – Categorias da subclasse 741

Código	Categorias
741.5	Caricaturas. Cartoons. Desenhos satíricos e humorísticos
741.7	Silhuetas. Arte de papel recortado
741.9	Coleções de desenhos. Esboços

Fonte: Adaptado da UDC Summary (2020).

Portanto, temos como classificação: Cartum (assunto do livreto); e como sistema de classificação a CDU que representa tal assunto segundo o código 741.5.

A classificação (na RI) atribui um assunto ao objeto informacional específico enquanto que os sistemas de classificação (na RC) trabalham com os conceitos, é um processo de abstração, esse processo é “[...] essencialmente mental, nós agrupamos ou separamos coisas de acordo com o conceito ou ideia que temos dos objetos no mundo” (BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 157).

Ou, como resume Bräscher e Melo (2014, p. 70) “[...] o assunto restringe-se à representação do conteúdo de um objeto informacional, enquanto o conceito se faz presente tanto na representação mental das ‘coisas do mundo’ quanto na representação temática da informação”.

Portanto nós usamos instrumentos de RC, como os sistemas de classificação, para representar tematicamente a informação de um objeto individual.

4.1.2 Taxonomias

O uso do termo taxonomia teve sua origem no trabalho do botânico sueco Carl Linnaeus, conhecido também por Lineu, ao agrupar espécies biológicas de acordo com características físicas compartilhadas. Hoje, este termo é aplicado em um sentido mais amplo e geral podendo se referir à classificação das coisas. Com ou sem notações, essas estruturas empregaram princípios classificatórios e relacionamentos hierárquicos para representar o conhecimento de um domínio (ZENG, 2008).

Segundo a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), taxonomias são uma coleção de termos de vocabulário controlado organizados por uma estrutura hierárquica. Cada termo na taxonomia está em um ou mais níveis da estrutura, relacionando-se com os outros termos.

A norma dá o seguinte exemplo:

química

química física

eletroquímica

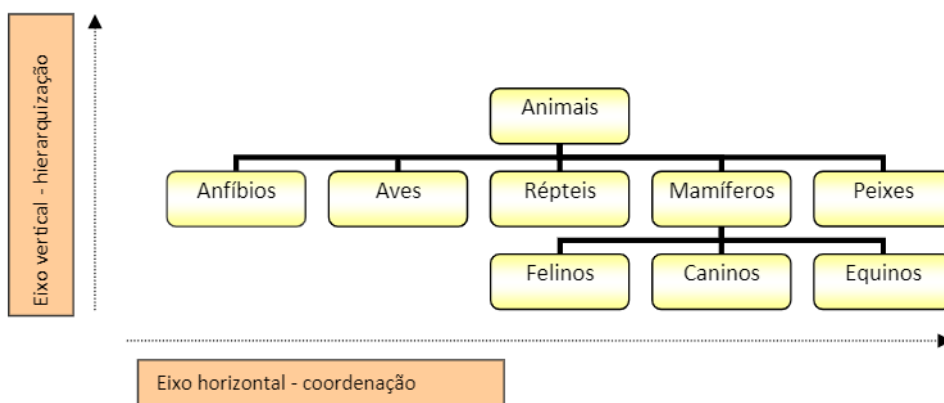
magneto-hidrodinâmica

Santos e Mazini (2011, p. 4) dizem que:

No sentido clássico, taxonomia é uma classificação formada por indução. Os traços, frequentemente associados a um objeto, induzem à formação da classe, embora sua validade, como uma categoria, pode tanto ser definida na sua extensão como pela soma dos traços agregados. Originalmente foi usada pela ciência para classificar espécies animais e vegetais, entre outros fenômenos da natureza e saberes.

As autoras dão como exemplo o seguinte diagrama:

Figura 1 – Estrutura taxonômica clássica



Fonte: Santos e Mazini (2011, p. 4)

Observamos que tanto no exemplo da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), quanto no de Santos e Mazini (2011), a taxonomia está organizada hierarquicamente e seus termos possuem relação entre eles. Assim como química física está subordinada à química, anfíbios, aves, répteis, mamíferos e peixes estão subordinados à animais.

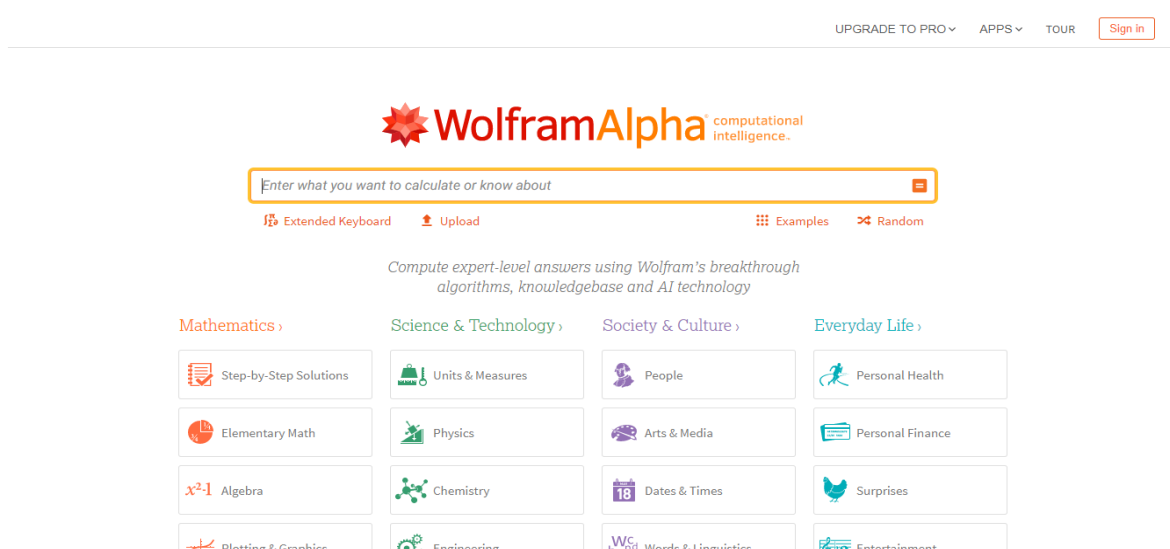
Bräscher e Carlan (2010, p. 159) complementam ao dizer que na representação do conhecimento, as taxonomias são instrumentos que organizam através da lógica os conteúdos informacionais e “[...] a partir de um assunto formam-se categorias que se dividem em classes e subclasses hierarquicamente, formando uma lista de categorias de assunto estruturada”.

Portanto, as taxonomias são instrumentos utilizados para organizar conteúdos informacionais de maneira hierárquica, como em uma grande árvore em que cada categoria (ou rótulo) pertence a uma única classe, ou seja, cada espécie cabe em um único gênero.

Entretanto, o conceito de taxonomia sofreu uma transformação nos tempos da informática

Em períodos mais recentes, as taxonomias vêm sendo usadas para a criação de metadados ou termos comuns para descrever um objeto, com foco na recuperação da informação. Também são usadas na categorização, como suporte de navegação e, ainda, como esquemas que organizam conteúdos das páginas na web e lista de controle de dados usados para suporte de mineração de dados (CARLAN, 2010, p. 46).

Figura 2 - Exemplo de taxonomia em buscas na web



Fonte: WolframAlpha (2020).

Lima e Maculan (2017, p. 63) agregam vários autores e listam as características das taxonomias, a saber:

- Possui uma lista estruturada de termos, que representam conceitos;
- Apresenta apenas relações hierárquicas (gênero/espécie e todo-parte);
- Não oferece definições dos termos;
- Permite a navegação (navigation) e busca (browsing) por tópicos (rótulos¹) e, assim, a organização e a recuperação de informação (searching) em bibliotecas digitais, portais institucionais, corporativos e menus de e-commerce, seja na Web seja em intranets;
- Comporta agregação de metadados e dados;
- Proporciona um modelo conceitual e mapa conceitual do domínio modelado;
- Não inclui códigos (notações), que são mais usuais em sistemas de classificação (CAMPOS; GOMES, 2007; MACULAN et al., 2009; MACULAN; LIMA; PENIDO, 2011 apud LIMA; MACULAN, 2017, p. 63).

Ainda que a taxonomia hierárquica seja a mais usual, podemos encontrar também em outros tipos de estrutura como a poli hierárquica ou a facetada, contudo, neste trabalho iremos nos restringir apenas na de estrutura hierárquica.

4.1.3 Tesouros

Um tesouro é um vocabulário controlado organizado em uma ordem e estrutura conhecida - com relações hierárquicas e associativas entre os termos, além de conter sinônimos - para que as diversas relações entre os termos sejam exibidas claramente e identificadas por indicadores padronizados, os indicadores de relacionamento devem ser empregados reciprocamente. Seu objetivo é promover a consistência na indexação, especialmente para sistemas pós-coordenados² de armazenamento e recuperação de informações, e facilitar a navegação e a pesquisa vinculando os termos. Os tesouros também podem facilitar a recuperação de conteúdos nas buscas livres (ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)).

Zeng (2008, p. 172) diz que

Os tesouros são a forma mais típica de vocabulário controlado desenvolvido para uso em aplicações de indexação e pesquisa, porque eles fornecem a estrutura mais rica e o ambiente de referência cruzada. Os tesouros são úteis para indexadores e pesquisadores que

¹ Também chamados de categorias.

² Um sistema pós-coordenado adota termos descritores que designam conceitos simples ou compostos, que podem ser combinados com outros conceitos simples ou compostos, no processo de indexação, ou combinados pelo usuário no momento da busca.

precisam descobrir os termos mais apropriados e específicos para seus propósitos.

As autoras Lima e Maculan (2017, p. 65) orientam que para elaborar um tesauro terminológico (ou conceitual), deve-se prever a

[...] definição de cada um dos termos descritores preferidos e, também, o elemento “Nota de Escopo”, que fornecem orientação sobre seu emprego, significado de um descritor e a relação com outros termos. Os tesouros podem ser apresentados por uma visualização gráfica, em estrutura alfabética sistemática, que permite observar as relações entre os descritores que compõem o grupo (cluster) semântico do conceito em questão.

Com o objetivo de dar maior consistência a indexação, os tesouros são criados obedecendo normas e diretrizes além de serem desenvolvidos dentro de um determinado domínio do conhecimento.

As relações semânticas encontradas em um tesauro são sobretudo as relações que Broughton et al. (2005) colocam para os SOCs em geral. Lima e Maculan (2017) selecionam essas relações para as aplicadas especificamente em tesouros, elas apontam as seguintes relações e os símbolos usados:

Quadro 8 – Relações semânticas e seus respectivos símbolos usados em tesouros

Relações semânticas	Símbolos usados em tesouros
Hierárquicas (gênero-espécie; todo-parte)	TG (Termo Geral) ou BT (Broader term): indica a classe mais geral do termo; TE (Termo Específico) ou NT (Narrower term): indica termo específico
de equivalência (sinônimos)	USE : indica sinonímia e que há outro termo preferencial; UP (Usado Para) ou UF (Use For): indica sinonímia e que é o termo preferencial
Associativas (ligações semânticas)	TR (Termo Relacionado) ou RT (Related term): indica termo em relações associativas diferentes

Fonte: Adaptado a partir das considerações de Lima e Maculan (2017, p. 65).

Para ilustrar, usaremos um exemplo do Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural dos Museus Brasileiros de Ferrez (2016, p. 620):

Pintura

NA: Objeto sobre o qual se fixam pigmentos ou outros materiais mediante distintos procedimentos pictóricos com um fim essencialmente estético. A pintura é, antes de tudo, um objeto elaborado por uma pessoa, às vezes por um grupo, e caracterizado por uma técnica que revela sua época ou, ainda, as opções de um artista.

TG: Objetos associados às artes plásticas e ao desenho técnico

TE: Colagem
 Figura (pintura)
 Marinha (pintura)
 Miniatura (pintura)
 Natureza-morta
 Pintura abstrata
 Pintura alegórica
 Pintura de batalha
 Pintura de gênero
 Pintura de paisagem
 Pintura documental
 Pintura histórica
 Pintura mitológica
 Pintura religiosa
 Retrato (pintura)

TA: Moldura

SCA³: 0606 Objetos Associados às Artes Plásticas e ao Desenho Técnico

No exemplo acima temos como termo preferido, ou descritor, “Pintura”, os termos preferidos possuem uma nota de aplicação ou de alcance representado pela sigla “NA” que define o termo e expressa o seu conceito. Neste tesouro, os termos podem ainda vir ou não acompanhados de dois outros tipos de notas: a nota de escopo (NE), que amplia ou restringe o uso, alcance ou âmbito do descritor no sistema, tornando-o mais preciso; e a nota de indexação (NI) que é uma informação direcionada ao indexador para orientá-lo quanto ao uso do descritor e como a indexação deve ser feita. As notas, portanto, definem o conceito do termo e seu contexto.

As relações hierárquicas se dão entre os termos gerais (TG) e termos específicos (TE), na qual o termo geral representa uma classe de conceitos da qual faz parte o conceito representado pelo termo específico. E, portanto, a relação entre dois termos, na qual um se subordina a outro. No exemplo dado, “Pintura” se

³ Indicação da categoria/subcategoria (SCA) a qual o termo pertence.

subordina à “Objetos associados às artes plásticas e ao desenho técnico” e ao mesmo tempo é subordinada por seus termos específicos: “Colagem; Figura (pintura); Marinha (pintura); Miniatura (pintura); Natureza-morta; Pintura abstrata; Pintura alegórica; Pintura de batalha; Pintura de gênero; Pintura de paisagem; Pintura documental; Pintura histórica; Pintura mitológica; Pintura religiosa; e, Retrato (pintura).

As relações associativas se dão através dos termos associados (TA) também chamados de termos relacionados (TR) os quais indicam proximidade de significado. No exemplo “Moldura” é um termo relacionado à “Pintura”.

Por fim, as relações de equivalência ocorrem entre os descritores e os não descritores (UP – Usado Para e Use), que remetem diversos sinônimos ou quase-sinônimos da linguagem natural (não controlada) ao termo único correspondente, cujo uso foi preferido ou escolhido pelo Tesouro (linguagem documentária). No exemplo acima não há essa relação, portanto daremos mais um exemplo do Tesouro de Ferrez (2016, p. 621):

Pintura de costumes

USE: Pintura de gênero

SCA: 0606 Objetos Associados às Artes Plásticas e ao Desenho Técnico

Pintura de gênero

NA: Pintura que representa cenas da vida cotidiana.

UP: Pintura de costumes

TG: Pintura

SCA: 0606 Objetos Associados às Artes Plásticas e ao Desenho Técnico

Estas relações entre os termos são fundamentais pois, como afirmam Santos e Mazini (2011, p. 7), “[...] para que os conceitos evidenciam significado, eles não podem existir isoladamente. Eles pertencem a um contexto e só podem ser compreendidos em relação aos outros conceitos que com eles formam conjunto ou campo de significados”.

Portanto, são as relações hierárquicas, de equivalência e associativas que demonstram as diversas formas que um termo/conceito pode ser usado por um usuário para realizar uma busca.

4.1.4 Ontologias

Na CI as ontologias estão relacionadas ao ambiente digital, mais especificamente a web semântica cujo objetivo é transformar os significados das informações encontradas na web em um formato que possa ser entendido tanto por humanos como por computadores e fazer com que máquinas consigam realizar o processo de inferência.

Visto que os documentos digitais são constituídos pelos códigos 0 ou 1, os chamados bits, o que Santos e Manzini (2011, p. 13) nomeiam como “[...] uma espécie de inteligência instruída” e por serem assim, “A máquina não diferencia a essência apenas a similaridade do código o que torna os processos simbólicos de representação/ recuperação ainda mais complexos e estruturados”. Sendo ainda necessário a intervenção humana.

Para Tim Berners-Lee, criador da *World Wide Web*, ontologia é um “[...] documento ou arquivo que define formalmente as relações entre termos. O tipo mais comum de ontologia para Web possui uma taxonomia e um conjunto de regras de inferência” (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001, tradução nossa).

Uma definição do termo muito citada na literatura é dada por Gruber (1993, p. 1, tradução nossa), que diz: “Uma ontologia é uma especificação explícita de uma conceituação”. O autor pega o termo emprestado da filosofia, onde a Ontologia é um relato sistemático da Existência, e o leva para a Inteligência Artificial, onde o que “existe” é o que pode ser representado.

Complementando a definição de Gruber (1993), Jacob (2003, p. 19, tradução nossa) diz:

[...] uma ontologia pode ser definida como uma conceitualização parcial e simplificada do mundo, visto que é assumido por uma comunidade de usuários - uma conceituação criada para um propósito explícito e definida em uma linguagem formal e processável por máquina.

Levando a ontologia para o ambiente da web semântica, o autor especifica que a conceitualização parcial ao invés de ser do mundo, seria de um determinado domínio do conhecimento e a linguagem processável por máquinas tem o propósito de compartilhar informação semântica entre sistemas automatizados. E ainda complementa:

Uma ontologia oferece um meio conciso e sistemático para definir a semântica dos recursos da Web. A ontologia especifica os conceitos dominantes, e seus atributos - incluindo, onde é aplicado, variações

de valores ou os conjuntos explícitos de valores - e possíveis relacionamentos entre conceitos e atributos. Pela ontologia definir conceitos relevantes - suas tipologias e seus atributos - e as relações semânticas que se obtêm entre esses conceitos, ela fornece suporte para processar as fontes baseadas na interpretação semântica do conteúdo ao invés da estrutura física de um recurso ou recursos sintáticos, como ordenação sequencial ou nichos de elementos. (JACOB, 2003, p. 20, tradução nossa)

Então, à conta da ontologia trabalhar com definição de conceitos e seus possíveis relacionamentos, ela pode dar suporte para possibilitar processos simbólicos de representação e recuperação.

Guarino (1998, p. 5, apud BOCCATO; RAMALHO; FUJITA, 2008, p. 203) também se preocupou em estender a definição apresentada por Gruber (1993) e definiu ontologia como: “[...] uma teoria lógica para relacionar o significado pretendido de um vocabulário formal, seu comprometimento com uma conceitualização particular do mundo”. Então estabeleceu uma definição formal de conceitualização, que pode ser apresentada a partir de uma tripla ordenada $C = \langle D, E, \neg \rangle$, onde “D” representa um domínio, “E” o conjunto máximo de estados relacionais desse domínio e “ \neg ” o conjunto de relações conceituais sob o espaço de domínio “ $\langle D, E \rangle$ ”. Os autores ainda complementam:

De acordo com tais considerações, uma ontologia é uma teoria lógica cujo modelo restringe uma conceitualização particular, sem especificar exatamente qual, ou em outras palavras, pode-se definir como uma caracterização axiomática do significado de um vocabulário lógico, a qual tem o compromisso apenas com a consistência em um determinado domínio, e não com a completude (BOCCATO; RAMALHO; FUJITA, 2008, p. 203).

Bräscher e Carlan (2010, p. 160) também definem o termo da seguinte maneira:

As ontologias definem conceitos e relações de alguma área do conhecimento, de forma compartilhada e consensual e promovem e facilitam a interoperabilidade entre sistemas de informação, em um processo “inteligente” dos agentes (computadores). A conceitualização proposta por uma ontologia deve ser representada de maneira formal, legível e utilizável por computadores, de maneira a permitir o compartilhamento e o reuso do conhecimento entre os sistemas. Uma ontologia define os termos usados para descrever e representar uma área do conhecimento. Podem ser usados por pessoas, bancos de dados e aplicações que necessitam compartilhar informações em um domínio.

Os relacionamentos mais comuns encontrados nas ontologias são: relação classe-classe (a relação “é um”), a relação instância-classe (“é instância de”) e a

relação instância-instância (a relação “é parte de”). Segundo Lima e Maculan (2017, p. 66)

As ontologias são consideradas linguagens mais semanticamente ricas, em comparação com os outros tipos de SOCs, porque todas as relações entre os termos podem ser explicitadas, inclusive de equivalências e as associativas. Além disso, não existem limites para as variações das relações; assim podem ser feitas deduções e inferências que não são possíveis de serem realizadas nos outros SOCs.

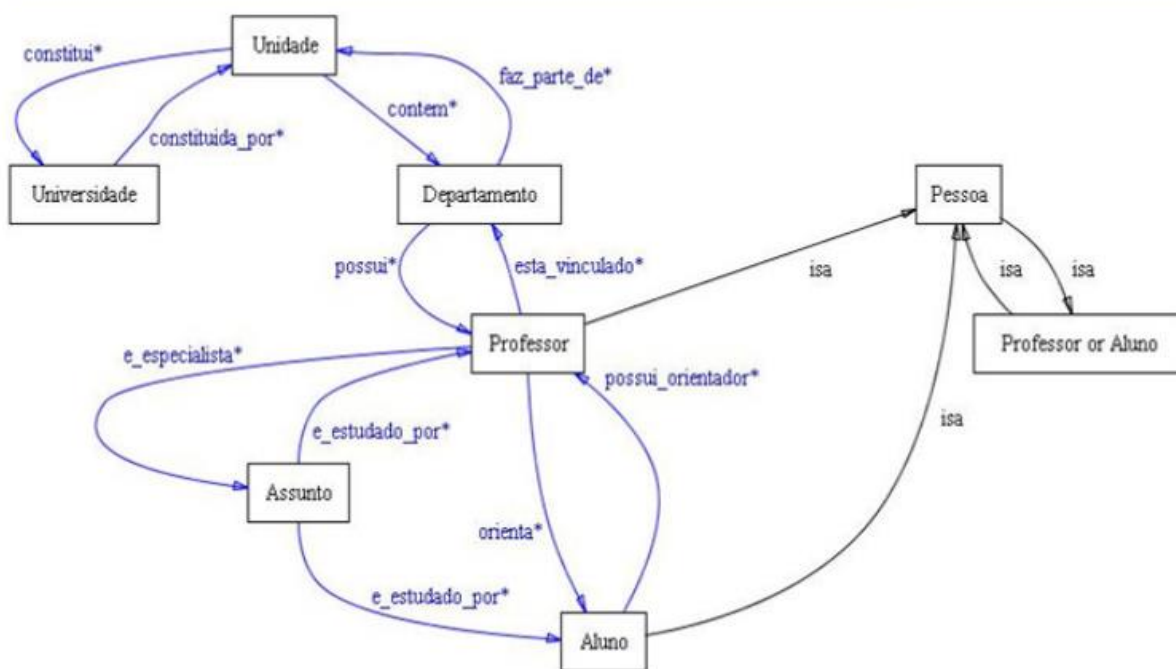
Os componentes básicos da estrutura da ontologia são:

- Conceitos organizados numa taxonomia (classes e subclasses) – conceitos podem ser abstratos ou concretos, simples ou compostos (composite), reais ou fictícios;
- Relações entre os conceitos - formalmente definidas;
- Axiomas - usados para modelar sentenças que são sempre verdadeiras;
- Instâncias – usadas para representar elementos.

Todos esses componentes devem possuir uma representação explicitamente formal para que a ontologia seja processável por máquina. (GRUBER, 1992 apud LIMA; MACULAN, 2017, p. 66; GÓMEZ-PÉREZ, 1999, p. 35).

Para ilustrar, como seria a estrutura, os relacionamentos e os componentes de uma ontologia, iremos reproduzir na figura 3 um diagrama de parte de ontologia de um domínio acadêmico que foi desenvolvida com o uso do programa Protégé.

Figura 3 - Diagrama de parte de ontologia de um domínio acadêmico.



Fonte: Boccato; Ramalho; Fujita (2008, p. 206).

Observando o diagrama, podemos identificar algumas relações feitas na ontologia que não são possíveis de se realizar nos tesauros, tais como:

- Relações transitivas entre conceitos que estejam em hierarquias distintas: verifica-se que apesar dos conceitos “Universidade” e “Professor” pertencerem a diferentes categorias, e não possuírem um relacionamento direto pré-estabelecido possuem um relacionamento indireto na ontologia, que não poderia ser explorado rigorosamente a partir de tesauros;
- Relações inversas: em uma ontologia qualquer um dos conceitos pode representar um ponto de entrada, de modo que a partir das relações inversas observa-se que se um Professor “é especialista” em um determinado “Assunto”, automaticamente é possível inferir que determinado assunto “é estudado por” um Professor;
- Inferências complexas relacionando vários conceitos: supondo-se a necessidade de responder questionamentos do tipo: que unidade contém especialistas em um assunto específico “X”? Verifica-se que partir da ontologia apresentada na figura, seria possível um sistema computacional inferir que, se uma determinada Unidade “U” contém um Departamento “D”, o Departamento

“D” possui um Professor “P”, e o Professor “P” é especialista no assunto “X”, logo a unidade “U” contém ao menos um especialista no assunto “X” (BOCCATO; RAMALHO; FUJITA, 2008, p. 205-206).

Na web semântica, as ontologias devem utilizar linguagens compatíveis entre si para que consigam processar as informações disponíveis na web. Entre as tecnologias utilizadas na construção de ontologias, estão as seguintes linguagens:

- **RDF** (Resource Description Framework) - descreve metadados permitindo criar triplas para fazer o relacionamento sujeito-predicado-objeto, permitindo representar a semântica contida neles;
- **RDF Schema** (Resource Description Framework Schema) - define as tags especificando as classes, propriedades e relacionamentos que podem ser utilizados nas triplas, que incluem as tags e a sua estrutura hierárquica (taxonomia);
- **OWL** (Web Ontology Language) - construída a partir da *RDF Schema* e da DARPA Agent Markup Language (DAML) + Ontology Inference Layer ou Ontology Interchange Language (OIL), é considerada a linguagem de ontologias na Web Semântica. A OWL é uma linguagem computacional lógica, que possibilita melhor interoperabilidade entre os conteúdos, satisfazendo os formalismos exigidos para a representação dos recursos de informação (LIMA; MACULAN, 2017, p. 66).

Segundo Isotani e Bittencortt (2015 apud LIMA; MACULAN, 2017, p. 66),

[...] as principais características da OWL são a descrição explícita e formal de conceitos num dado domínio (classes), exibindo suas propriedades, características e atributos, e a possibilidade de expressar o raciocínio lógico da descrição para a Web semântica.

As autoras Bräscher e Carlan (2010, p. 160) acrescentam ainda as linguagens XML e XML *Schema*. O XML (Extensible Markup Language) é um formato de texto simples e muito flexível derivado de SGML (ISO 8879). Originalmente projetado para atender aos desafios da publicação eletrônica em grande escala, o XML também está desempenhando um papel cada vez mais importante na troca de uma ampla variedade de dados na Web e em outros lugares⁴, ele “[...] fornece uma sintaxe elementar para estruturar o contexto nos documentos, e ainda associa não-semântica

⁴ EXTENSIBLE MARKUP LANGUAGE (XML). Information and knowledge domain. Disponível em: <https://www.w3.org/XML/>. Acesso em: 09 set. 2020.

com o significado do conteúdo” (ROBREDO, 2010, p. 29). Já o XML *Schema* “[...] é a linguagem que fornece e delimita a estrutura e o conteúdo dos elementos contidos nos documentos XML” (ROBREDO, 2010, p. 29).

Porém, como nos lembra Sales (2006, p. 47):

É importante destacar aqui que, na área de Ciência da Informação, os estudos não se dão no âmbito do desenvolvimento de Ontologias e sim no âmbito da construção de linguagens documentárias verbais e notacionais. Acredita-se, porém, que possam também ser aplicáveis às ontologias, já que estas, assim como outros tipos de linguagens de indexação, podem ser consideradas como instrumento de representação e recuperação de informação. Além disso, a Ciência da Informação vem apresentando, desde seus primórdios, estudos relativos a sistemas de conceitos e relações conceituais.

Portanto, podemos dizer que as ontologias são compostas de dois tipos de linguagens, uma terminológica, composta de termos, definições e relações, e outra processável por máquina, expressa em linguagem formal, com regras de inferências, relacionamentos e definições expressas nessa linguagem.

4.2 Comparando os instrumentos

Assim como dizem Lima e Maculan (2017, p. 62):

Os princípios teóricos para a elaboração de SOC's são advindos das teorias da classificação, da teoria do conceito e da terminologia, que orientam os agrupamentos de conceitos pelas suas características, de acordo com seus graus de semelhanças e diferenças.

Para uma melhor visualização das semelhanças e diferenças dos quatro instrumentos de SOC abordados nos itens anteriores, elaboramos o quadro 9 contendo uma síntese das definições, a finalidade, a estrutura, o contexto de aplicação, os usuários, alguns exemplos e suas normas de construção.

Quadro 9 – Comparando 4 tipos de SOCs

SOC	O que é	Finalidade	Estrutura / Relacionamentos	Contexto de aplicação	Usuários	Exemplos	Normas
Sistemas de classificação	Organização hierárquica de assuntos por classes, subclasses e categorias, indo do geral para o específico. É aplicada para classificar documentos em qualquer suporte sob uma forma de notação pré-estabelecida.	Classificar para recuperar a informação, com vistas a localização do material. (BOCCATO, 2011, p. 187).	- Controle de ambiguidade; - Controle de sinônimos; -Relacionamentos hierárquicos. (BOCCATO, 2011, p. 187).	Unidades de informação ⁵ .	Usuários especialistas ou não.	- Classificação Decimal de Dewey (CDD); - Classificação Decimal Universal (CDU); - Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (<i>Library of Congress Classification</i>); - Classificação de Bliss; - Classificação de Dois Pontos ou Classificação facetada.	BS 8723 ISO 25964
Taxonomias	Instrumentos utilizados para organizar conteúdos informacionais de maneira hierárquica, como em uma grande	Classificar, categorizar e apresentar para recuperar a	- Controle de ambiguidade; - Controle de sinônimos; -Relacionamentos hierárquicos.	Ambientes informacionais na web ⁶ .	Usuários da web	Taxonomia de Lineu https://www.wolfraalpha.com/	ANSI/NISO Z39:19-2005 BS 8723 ISO 25964

⁵ Bibliotecas, centros de documentação, museus e meios de comunicação constituídos fisicamente (BOCCATO, 2011, p. 166).

⁶ Bibliotecas digitais, virtuais e outros “espaços” de informação disponível na Rede Mundial de Dados - Internet (redes sociais, etc.). (BOCCATO, 2011, p. 166-167)

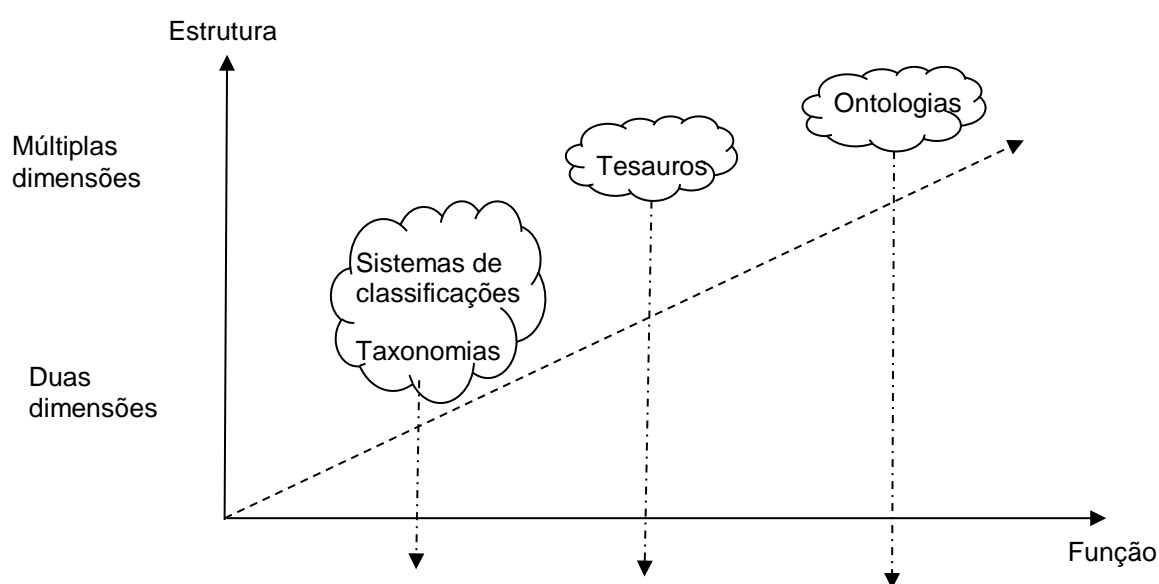
	árvore em que cada categoria (ou rótulo) pertence a uma única classe, ou seja, cada espécie cabe em um único gênero.	informação (BOCCATO, 2011, p. 187)	(BOCCATO, 2011, p. 187)				
Tesauros	Relações hierárquicas, de equivalência e associativas que demonstram as diversas formas que um termo/conceito pode ser usado por um usuário para realizar uma busca.	Organizar, categorizar para recuperar a informação (BOCCATO, 2011, p. 188)	- Controle de ambiguidade; - Controle de sinônimos; -Relacionamentos hierárquicos; -Relacionamentos de equivalências; -Relacionamentos associativos. (BOCCATO, 2011, p. 188)	Sistemas de informação especializados (bases de dados, catálogos on-line, etc.)	Usuários especialistas de sistemas de informação.	https://ibict.br/imagens/internas/TESAURO-COMPLETO-FINAL-CAPA-_24102014.pdf	ANSI/NISO Z39:19-2005 BS 8723 ISO 25964
Ontologias	Uma ontologia oferece um meio conciso e sistemático para definir a semântica dos recursos da Web. Ela define os conceitos, seus atributos e seus possíveis relacionamentos de forma compartilhada e consensual numa linguagem formal compreensível tanto por humanos como por máquinas.	Organizar, categorizar para recuperar a informação (BOCCATO, 2011, p. 187)	- Controle de ambiguidade; - Controle de sinônimos; -Relacionamentos hierárquicos; -Relacionamentos de instâncias; -Relacionamentos de equivalências; -Relacionamentos associativos; - Apresentação de propriedades. (BOCCATO, 2011, p. 187)	Ambientes informacionais digitais na web (repositórios, bibliotecas digitais, comércio eletrônico, etc.)	Usuários especialistas ou não da web	http://www.ontobee.org/ontology/ONTO	BS 8723 ISO 25964

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Todos estes quatro instrumentos trabalham com conceitos e estes conceitos, que são representados por termos, se relacionam entre si. Eles possuem as funções de eliminar ambiguidades, controlar sinônimos e estabelecer relações semânticas.

Porém, de acordo com a complexidade de sua estrutura, eles podem adquirir mais funções. Para ilustrar, iremos adaptar a figura encontrada no texto de Zeng (2008, p. 161) deixando-a somente com os quatro sistemas que estamos mencionando.

Figura 4 - Uma visão geral das estruturas e funções dos SOC's



Eliminação de ambiguidade	xx	xxxx	xx
Controle de sinônimos	xx	xxxx	xx
Estabelecimento de relações hierárquicas	xxxx	xxx	xxx
Estabelecimento de relações associativas		xxxx	xxxxx
Apresentar propriedades			xxxxx

Fonte: Figura adaptada do texto de Zeng (2008, p. 161).

Todos estes sistemas podem ser aplicados em ambientes digitais para organizar e recuperar informações, entretanto não são todos que podem ser aplicados em ambientes físicos, como as ontologias que são para o uso exclusivo em ambientes digitais, mais especificamente para o contexto da web semântica.

A escolha de um SOC está atrelada a aplicação pretendida, nem sempre aquele que possui mais funções ou o mais recente será o mais adequado. Como dizem Bräscher e Carlan (2010, p. 173):

Taxonomias resolvem bem a organização de informações em portais corporativos ou de comércio eletrônico, tesouros atendem à indexação e recuperação de informações em bases de dados bibliográficas. As ontologias oferecem maior capacidade de representação semântica, no entanto, seu uso dependerá da capacidade do sistema de informação interpretar e aplicar o conhecimento nelas contido.

Acrescentamos ainda que os sistemas de classificação bibliográfica são usados para a localização do item no acervo físico. E no contexto dos Centros de Memória, podemos dizer que há algum sistema que atende melhor suas necessidades? Tentaremos responder esta questão no item a seguir.

4.3 Possibilidades de utilização de SOCs em Centros de Memória

Como vimos anteriormente, uma das principais características de um CM é a heterogeneidade de seu acervo, que pode conter materiais audiovisuais; bibliográficos; museológico; fotográfico; de referências; coleções; banco de depoimentos, entre outros.

Barbanti ao apontar para essa heterogeneidade, conclui que:

No que se refere à representação descritiva (catalogação), nossa proposta é de que sejam mantidas as especificidades de cada acervo, ou seja, acervos arquivísticos devem continuar a serem catalogados como acervos arquivísticos, e o mesmo deve acontecer com os acervos bibliográficos e os museológicos. Já no que se refere ao tratamento do conteúdo dos documentos, ela deve ser realizada a partir da utilização de um instrumento de controle do vocabulário – mais especificamente, um instrumento de controle terminológico único que possibilite a recuperação da informação de forma conjunta nos Centros de Memória (BARBANTI, 2015, p. 54).

Ao trabalhar em um CM cuja formação se deu a partir da junção de diferentes acervos já existentes, cada um com sua catalogação específica, Barbanti (2015) coloca como chave para a recuperação da informação a utilização de um vocabulário controlado, para recuperar os documentos de acordo com seus assuntos.

A autora ainda acrescenta que ao integrar os acervos sem que haja uma reorganização das informações, no caso uma indexação utilizando um mesmo vocabulário controlado, a recuperação dos documentos não será eficaz. Assim, utilizando um instrumento que descreva os assuntos dos documentos (como os SOCs), é possível recuperar o que foi separado pela descrição física.

No Manual do Itaú Cultural também é proposto a utilização de um vocabulário controlado visando uma melhor recuperação das informações contidas nos documentos.

A indexação do acervo é parte importante para a recuperação das informações dos documentos. O vocabulário utilizado para descrever os documentos deve ser estruturado e controlado. Os termos escolhidos, denominados palavras-chaves, devem contribuir para ampliar a compreensão do acervo e melhorar a performance da pesquisa. O vocabulário controlado deve ser composto de termos técnicos, nomes e locais à que se referem os documentos existentes no acervo histórico. Os termos utilizados na classificação (fundos, grupos, séries) também são considerados parte dessa ferramenta (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p.40).

Segundo a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), vocabulário controlado é uma lista de termos que foram enumerados explicitamente. Esta lista é controlada e deve estar disponível por um registro de autoridade. Todos os termos de um vocabulário controlado devem ter uma definição não ambígua e não redundante. Sua estrutura deve permitir a exibição de diferentes tipos de relações entre os termos que ela possui. Existem quatro tipos de vocabulários controlados: lista; anel de sinônimos; taxonomia; e, tesouros.

A norma britânica “BS 8723” (British Standard 8723) acrescenta no escopo de vocabulários controlados “[...] além das taxonomias e dos tesouros, os sistemas de classificação, os sistemas de classificação de negócios para gerenciamento de registros, as listas de cabeçalhos de assunto, as redes semânticas e as ontologias (BOCCATO, 2011, p. 176).

Esses instrumentos permitem a busca de um documento pelo seu tópico, Márcia Lei Zeng “[...] considera a busca por assunto a tarefa mais importante do usuário, como evidenciam os recursos utilizados por ferramentas de busca, diretórios, bases de dados e sites para prover acesso aos conteúdos” (ZENG, 2006 apud BRÄSCHER; CARLAN, 2010, p. 150). Portanto, devido a importância da busca por assuntos, é importante que os termos utilizados para representar o conteúdo temático dos documentos tenham algum tipo de estrutura, como o citado vocabulário controlado, assim, a recuperação dos documentos de interesse dos usuários torna-se mais eficaz.

Podemos observar que o Manual do Itaú Cultural (2013), Barbanti (2015) além das duas normas internacionais citadas acima, utilizam a denominação “vocabulários controlados” em substituição ao termo “sistemas de organização do conhecimento”,

visto que os vocabulários controlados são SOCs, iremos dar preferência a utilização do termo “SOCs” pois ele é mais abrangente e tal amplitude vai ao encontro da diversidade dos acervos dos Centros de Memória.

O auxílio a recuperação da informação é uma das diversas aplicações dos SOCs. Para Soergel (1999) os SOCs

[...] fornecem suporte baseado em conhecimento à pesquisa do usuário final (menus em árvores, orientação de busca por facetas de determinado assunto, navegação em um mapa de hierarquias ou de conceitos para identificar conceitos de busca, mapeamento de termos de busca para descritores usados em uma ou mais bases de dados ou para outras expressões em linguagem natural para busca livre no texto); apoio à pesquisa expandida hierarquicamente; apoio a exibições bem estruturadas de resultados de buscas; fornecem ferramentas para a indexação (controle de vocabulário, indexação centrada no usuário ou orientada a problemas) (SOERGEL, 1999, p. 1119, tradução nossa).

Nos processos de tratamento da informação, Soergel (1999) classifica os SOCs como instrumentos de indexação.

Bräscher e Carlan (2010, p. 155) apontam duas funções principais dos SOCs: “Na organização da informação, cuidam da padronização da representação dos conteúdos dos documentos e, na recuperação da informação, orientam e auxiliam o usuário quanto à localização de conteúdos”. Ambas funções se aplicam tanto ao ambiente tradicional quanto ao digital.

Na busca de um instrumento que atenda às necessidades de um CM iremos tentar selecionar um dos quatro SOCs apresentados neste trabalho.

Logo de início podemos excluir os sistemas de classificação, pois eles não servem para realizar a indexação, e as ontologias, porque são utilizadas somente no contexto da web semântica. Nos restam então as taxonomias e os tesauros.

Encontramos no apêndice B da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), uma comparação dos tipos de vocabulários controlados que a norma abrange, este apêndice não faz parte do Guia para construção, formato e gerenciamento de vocabulários controlados monolíngues, ele foi incluído apenas como caráter informacional. Reproduziremos a seguir os quadros de propriedade somente com as características das taxonomias e dos tesauros.

Quadro 10 – Propriedades das taxonomias e dos tesouros

Propriedade	Taxonomia	Tesouro
Tipos de termos		
Termos preferidos	Sim	Sim
Termos de entrada	Não	Sim
Termos candidatos	Não	Opcional
Termos provisórios	Não	Opcional
Termos excluídos	Não	Opcional
Relacionamentos		
	Sim	Sim
Equivalência	Não	Sim
Hierarquia	Sim	Sim
Todo/Parte	Sim	Sim
É um (IsA)	Sim	Sim
Tem um (HasA)	Sim	Sim
Classificação	Opcional	Opcional
Termos relacionados	Não	Sim
Facetas	Não	Opcional
Notas		
	Opcional	Opcional
Notas de escopo	Não	Opcional
Notas históricas	Não	Opcional
Outras notas	Não	Opcional

Fonte: Adaptado do Apêndice B da norma ANSI/NISO (Z39.19-2005 (R2010), p. 135).

Há também as vantagens e desvantagens de cada instrumento, colocaremos no quadro 11 apenas as que concernem às taxonomias e aos tesouros.

Quadro 11 – Vantagens e desvantagens das taxonomias e dos tesouros

	Vantagens	Desvantagens
Taxonomias	<ul style="list-style-type: none"> • Boas informações sobre relações hierárquicas entre os termos; • Útil para indexadores e pesquisadores que precisam descobrir os termos específicos mais apropriados para seus propósitos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há vocabulário de entrada, (ou seja, USE / USE PARA); • Taxonomias não indicam outros tipos de relações entre os termos.
Tesouros	<ul style="list-style-type: none"> • Boas informações sobre relações hierárquicas entre termos; • Boas informações sobre relações entre termos; • Vocabulário de entrada para ajudar os usuários a localizar os termos corretos; • Tesouros são úteis para indexadores e pesquisadores que precisam descobrir os termos específicos mais apropriados para seus propósitos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tesouros são trabalhosos e demandam bastante tempo para desenvolver e mantê-los.

Fonte: Quadro baseado no Apêndice B da norma ANSI/NISO (Z39.19-2005 (R2010), p. 135-136).

Como podemos observar, tanto as taxonomias quanto os tesouros podem ser utilizados para realizar a indexação, ambos possuem termos preferidos e possuem relações hierárquicas entre eles, o que auxiliam na escolha de um termo para indexação. Ainda de acordo com o apêndice B da norma, as aplicações típicas de cada sistema diferem nos seguintes quesitos:

Taxonomias são freqüentemente criadas e usadas em aplicativos de indexação e para navegação na web. Por causa de sua estrutura hierárquica (geralmente simples), eles são eficazes em conduzir os usuários aos termos mais específicos disponíveis em um determinado domínio. [enquanto que] Tesouros são a forma mais típica de vocabulário controlado desenvolvido para uso em aplicativos de indexação e pesquisa porque eles fornecem a mais rica estrutura e ambiente de referência cruzada. Os tesouros podem ser estreitos em escopo e cobrir um domínio limitado ou podem ser amplos em escopo e amplamente aplicáveis a muitos tipos diferentes de conteúdo (ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), p. 136, tradução nossa).

Portanto os tesouros possuem mais propriedades que as taxonomias, como mostrado na tabela acima, fornecem mais funções pois permitem os relacionamentos

de equivalências e os relacionamentos associativos e possui um uso mais frequente em aplicativos de indexação e pesquisa

Dados os motivos acima, acrescentando ainda o fato de que as taxonomias têm um contexto de aplicação mais frequente no ambiente da web (BOCCATO, 2011; BRÄSCHER; CARLAN, 2010) acreditamos que o tesouro seria o SOC mais indicado para ser utilizado como instrumento na representação temática de acervos de Centros de Memória.

5. ESTUDO DE CASO

Para este trabalho usaremos como estudo de caso o Centro de Memória do Centro Universitário Maria Antonia da Universidade de São Paulo. Apesar do nome que consta no projeto ser “Centro de Documentação e Memória MariAntonia”, usaremos a denominação “Centro de Memória MariAntonia”, excluindo o termo “Documentação”, iremos justificar essa escolha mais adiante no subitem 5.4 Discussão.

Iniciaremos o capítulo discorrendo sobre a instituição que abrigam o CM, para isso é necessário passar pelo histórico dos edifícios que hoje abriga o Maria Antonia dado sua importância histórica, política e cultural, para depois passarmos para o CM MariAntonia.

5.1 Centro Universitário Maria Antonia da Universidade de São Paulo

O Centro Universitário Maria Antonia (CEUMA) é um dos órgãos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da Universidade de São Paulo. Ele está instalado desde 1993 nos edifícios históricos Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, localizados na rua Maria Antônia, 258/294 na Vila Buarque, região central de São Paulo, localização de fácil acesso cercado por diversas instituições culturais e de ensino, favorecendo para que haja um público diversificado.⁷

Há 27 anos, o Maria Antonia (ou MariAntonia), como é conhecido, mantém uma programação multidisciplinar voltada, principalmente, à arte contemporânea, ciências humanas, arquitetura, psicologia e crítica cultural, através de exposições, cursos de difusão, seminários, debates, encontros, lançamentos de livros e filmes além de outros eventos que resultam da pesquisa de unidades diversas da USP e de instituições parceiras.

O edifício Rui Barbosa abriga também outros órgãos da USP, tais como: O teatro da USP (TUSP) desde 1996; atividades do Cinema da USP (CINUSP), desde 2012; e a Biblioteca Gilda de Mello e Souza, com acervo dedicado principalmente às artes contemporâneas e áreas conexas, cujo núcleo gerador é a coleção de livros sobre artes, estética e história da arte que pertenceu à professora Gilda, primeira docente de Estética da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

⁷ MARIANTONIA Centro Universitário da USP. Sobre. Disponível em: <http://www.mariantonia.prceu.usp.br/institucional/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Em outubro de 2017 foi inaugurado seu novo edifício, Joaquim Nabuco. O projeto premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pela Fundação Bienal de São Paulo inclui mais espaços expositivos, novo auditório, café, e também uma praça interna com vegetação, que cria um novo espaço público, espécie de respiro no entorno densamente construído, colaborando para a revitalização da região central da cidade.⁸

Para compreender a extensa e complexa história que envolve o CEUMA, iremos apresentar o histórico dos edifícios que abrigam o Centro, demonstrando também sua importância como patrimônio histórico cultural tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

5.1.1 Histórico dos edifícios⁹

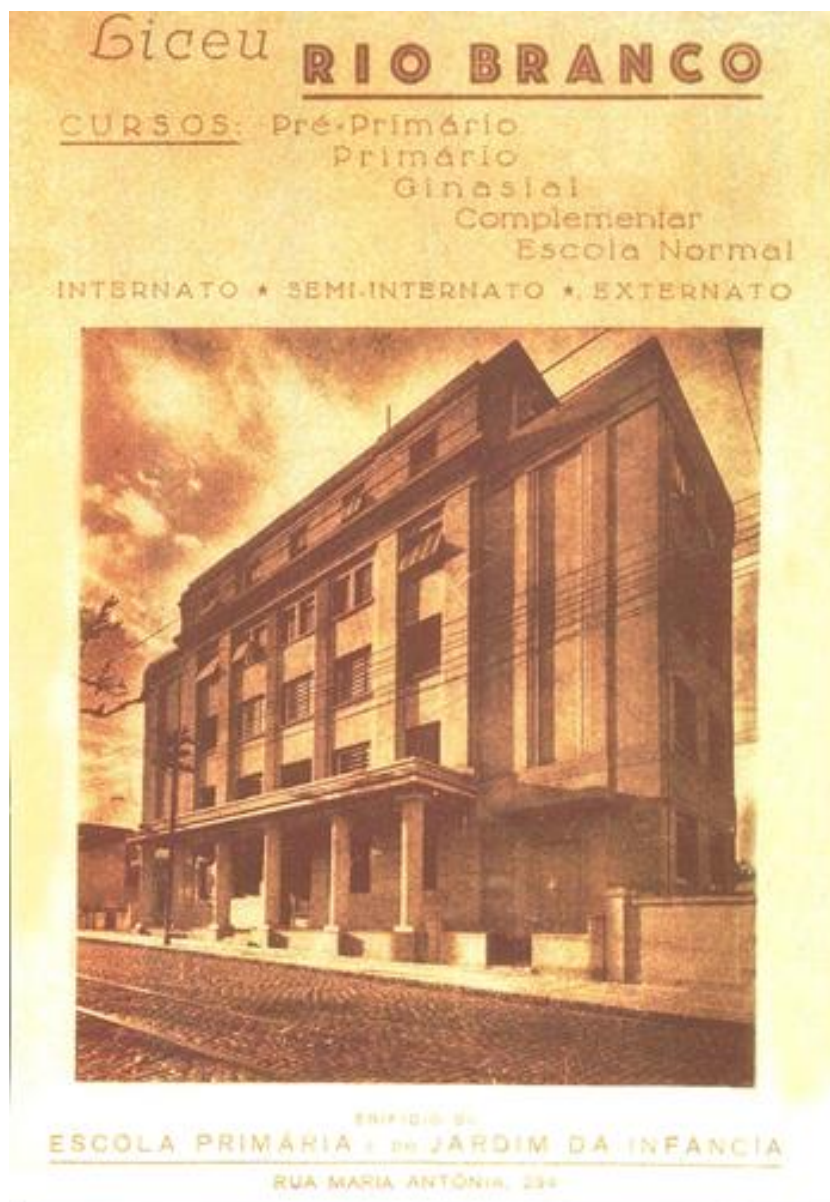
Os edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco¹⁰, localizados na Rua Maria Antônia, e os prédios Duque de Caxias e D. Pedro II, situados na Rua Doutor Vila Nova, fazem parte do conjunto construído na década de 1930 para abrigar o antigo colégio Liceu Nacional Rio Branco. As construções se deram a partir do pedido de Antônio Sampaio Dória, professor e diretor da instituição. Como nota de curiosidade, os dois últimos pavimentos do edifício Rui Barbosa abrigavam também a residência do diretor do colégio.

⁸ PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Centro de Cultura e Extensão Maria Antonia. Disponível em: <https://prceu.usp.br/centro/maria-antonia/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

⁹ Informações e trechos de textos retirados do projeto de STEVOLO et al. Projeto: Centro de Documentação e Memória. Centro Universitário Maria Antonia. Universidade de São Paulo, 2015. (não publicado)

¹⁰ O edifício Joaquim Nabuco foi projetado pelo arquiteto Lucio M. Rodrigues Filho e o edifício Rui Barbosa pelo engenheiro Alfredo Mathias.

Figura 5 - Liceu Rio Branco, década de 1930.



Fonte: Museu da Educação e do Brinquedo FEUSP

Figura 7 - Liceu Rio Branco.



Fonte: Museu da Educação e do Brinquedo FEUSP

Figura 6 - Liceu Rio Branco



Fonte: Museu da Educação e do Brinquedo FEUSP

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), foi criada em 1934 e ocupava parte dos edifícios da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina, ela foi posteriormente transferida para a então chamada “Escola da Praça” ocupando-a por seis meses até 1937. No ano seguinte, a FFCL muda para a Alameda Glette na antiga residência do industrial Jorge Street. Em 1949 a Universidade de São Paulo adquire os três edifícios do antigo Liceu Nacional Rio Branco: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Duque de Caxias onde funcionavam respectivamente a FFCL e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA).

Figura 8 - Edifício Rui Barbosa, ocupado com a FFCL (década de 1960).



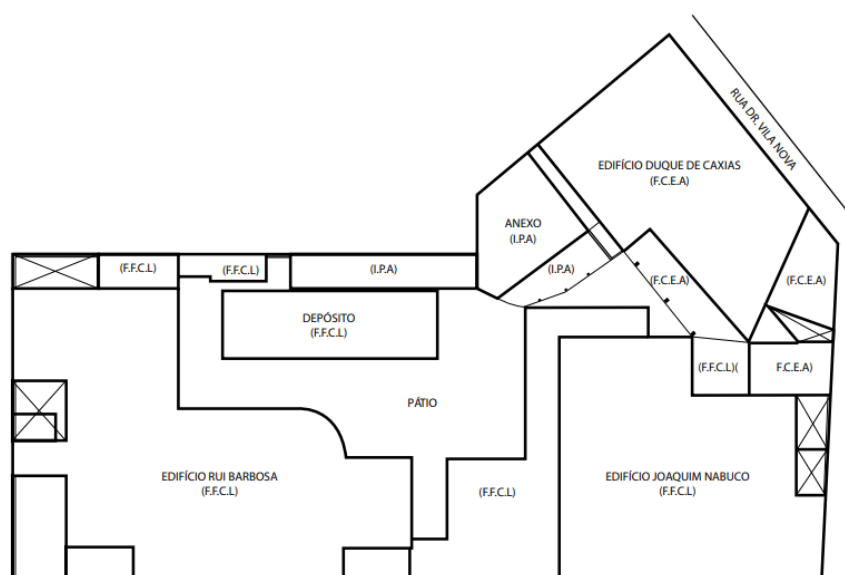
Fonte: CAPH USP (Centro de Apoio à Pesquisa e História “Sérgio Buarque de Holanda”); Agência Estado

Figura 9 - Edifício Duque de Caxias, ocupado com a FCA (década de 1960).



Fonte: Acervo FEA (Faculdade de Economia e Administração USP)

Figura 8 - Terreno ocupado pela FFCL e FCEA.



Fonte: Acervo CEUMA

Foi entre 1949 e 1968 que a FFCL passa a ser conhecida como “Maria Antonia”, devido a identificação do movimento estudantil e de seus frequentadores com a localização da Faculdade.

Neste período, o centro da cidade de São Paulo era como um grande campus universitário, com intensa movimentação política e cultural - devido às instituições que se localizava nas proximidades, como Universidade Presbiteriana Mackenzie (desde o final do século XIX) na Rua Maria Antônia; a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1950) na Rua Maranhão; a Escola de Sociologia e Política (1954) na Rua General Jardim; e a Fundação Armando Álvares Penteado (1947) na Rua Alagoas, além dos diversos bares, teatros, cinemas e livrarias que se situavam nas imediações da Maria Antonia.

Foi após 1964 e neste contexto que a FFCL passa a ser palco de luta e da resistência ante a Ditadura militar instalada no país. A Maria Antonia abrigava a sede do movimento estudantil do Estado de São Paulo e da ação dos professores da instituição.

Foi nos dias 2 e 3 de outubro de 1968 que ocorreu o embate entre estudantes de posições ideológicas opostas e a polícia, esse episódio ficou largamente conhecido como “A Batalha da Maria Antônia”. Este confronto entre membros do movimento estudantil de São Paulo contra integrantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) infiltrados junto aos estudantes do Mackenzie, culminou na morte do estudante secundarista José Guimarães, de 20 anos, vítima de um tiro, atribuído a um membro do CCC, disparado das dependências do Mackenzie e na depredação e incêndio do prédio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), tendo como consequência, a invasão e fechamento de sua instalação pela polícia militar.

Figura 9 - Batalha da Rua Maria Antônia, 1968.



Fonte: Acervo CEUMA.

Figura 10 - Incêndio no Edifício Rui Barbosa durante a Batalha da Rua Maria Antônia, 1968.



Fonte: Acervo CEUMA.

Figura 11 - Caminhão de bombeiros na Rua Maria Antônia, 1968.



Fonte: Acervo CEUMA.

Em 1972, o conjunto de prédios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, assim como o edifício Duque de Caxias, foram vendidos à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para uso da Junta Comercial e do antigo Departamento dos Institutos Penais do Estado (DIPE), órgão pertencente à Secretaria da Justiça.

Na década de 1980, quando o edifício Rui Barbosa estava no processo de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) devido a sua importância histórica por ser um espaço de memória, não só de luta política contra a ditadura, mas, como marco de intensa vida cultural e intelectual, a Universidade de São Paulo encaminhou o pedido de reutilização do prédio pela própria instituição. Porém, foi só em dezembro de 1991 que oficializaram o início da devolução do edifício da Rua Maria Antônia à USP.

O então chamado Centro Universitário Maria Antônia (CEUMA) foi instalado no dia 27 de maio de 1993 no edifício Rui Barbosa. Lá, passou-se a realizar eventos que instigam a reflexão sobre a vida pública brasileira. Após cinco anos, a USP readquire o direito de uso sobre o edifício Joaquim Nabuco, apesar dele pertencer ao raio envoltório de tombamento do edifício Rui Barbosa.

A partir de 2000 iniciam-se as obras de reforma e restauro do complexo de edifícios, com base no projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura UNA Arquitetos, que procurou adaptar o conjunto ao novo uso, um núcleo de atividades culturais que aglutina o Centro Universitário Maria Antônia e o Teatro da USP, tendo

como questão central afirmar o caráter público que historicamente marcou esse patrimônio¹¹.

5.1.2 Centro de Memória do MariAntonia

Em 2015, já com mais de 20 anos de funcionamento, o CEUMA havia se consolidado como referência de instituição cultural na cidade de São Paulo. Suas diversas atividades educativas, artísticas e culturais geraram diversos documentos gráficos, audiovisuais e fotográficos de valor histórico e cultural, não somente para a comunidade acadêmica, como também para a sociedade em geral. Deste modo, viu-se a importância da construção de uma política institucional de preservação e organização desse material para possibilitar seu acesso ao público tanto interno como externo.

Foi numa parceria com o Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP) que os especialistas em preservação Cibele Monteiro e Gabriel Fernandes, puderam contribuir na elaboração do projeto para o desenvolvimento do Centro de Memória do MariAntonia. Tal documento estabelece diretrizes para alguns projetos que já estavam em andamento, tais como: Procedimento de catalogação de peças gráficas; Dados de exposição em suporte digital; Procedimento básico para registro fotográfico; Arquivamento e organização de fotografias em suporte físico; Organização e restauro de plantas dos edifícios; Inventário de CDs e DVDs de imagens das exposições; e Organização, catalogação e digitalização do acervo audiovisual.

Entretanto, até o momento o projeto ainda não foi oficializado, o Centro de Memória encontra-se ainda em fase de implementação. Na falta de documentos oficiais e a fim de conhecer a história do CM, realizamos uma entrevista por videochamada com Tuca Capelossi, funcionária e idealizadora do CM.

Tuca nos conta que quando ela entrou no Maria Antonia, em 2006, os documentos a respeito da instituição encontravam-se dispersos, e ela, por iniciativa própria, começou a reuni-los. Mas foi somente em 2012, quando houve dispersão de alguns estagiários do setor do educativo, àqueles que restaram sugeriram organizar

¹¹ “A proposta inclui o restauro das fachadas principais e mantém intacta a volumetria dos edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, mas propõe uma nova relação do conjunto com a cidade. A área livre entre os dois prédios ganha a dimensão de espaço público, como uma pequena praça. No nível da rua, essa praça é o alargamento natural da calçada e configura um acesso convidativo ao conjunto. No nível inferior, um pátio arborizado realiza a conexão entre os dois edifícios, criando, para o teatro, um lugar de apresentação ao ar livre”. In: Projeto de Reforma e Restauro. Centro Universitário Maria Antonia – USP. 2013, p. 8.

esses documentos dentro de padrões que caracterizassem um Centro de Memória. E foi quando ingressou um estagiário destinado especificamente para essas funções que começou a se pensar mais concretamente nos parâmetros do que seria um Centro de Memória. Por ter trabalhado anteriormente na Biblioteca Mário de Andrade, ele levou algumas referências de modelos de organização e representação de acervos variados e a partir disso que começou a estruturar o CM.

Ao entrarem mais três estagiários, surgiu a ideia de buscar mais conhecimentos sobre organização e preservação de documentos no CPC-USP. Acrescentando o estudo de pensadores da área, criaram e redigiram um projeto para o CM., porém este projeto ficou no nível das ideias, mesmo após sua apresentação e boa recepção, nenhuma das administrações do CEUMA conseguiu concretizá-lo, deixando-o num caráter não oficial.

Retomando a fala de Goulart (2002, p. 25) onde ela diz que, nas empresas, os documentos com valor legal estão organizados, já os demais podem ser encontrados em um Centro de Memória, pois o acervo de um CM, seja de uma empresa privada ou estatal, é geralmente constituído pela “[...] recomposição das séries documentais ligadas a certas funções institucionais, que se encontram desorganizadas e esparsas, pela não obrigatoriedade legal de guarda” esta fala ilustra bem o que Tuca, ao entrar no Maria Antonia encontrou.

Segundo ela, em uma pequena sala do Centro havia uma estante com vários cadernos de presença de cursos e exposições. Ninguém sabia, ao certo, há quanto tempo eles estavam lá e o que continham em seu interior. Então, ao vasculhar estes cadernos, Tuca começou a separar os materiais gráficos produzidos pelo CEUMA, panfletos e filipetas de eventos que ocorreram no local e encontrou também algumas fotografias soltas.

Adicionado a isso, em decorrência da reforma dos edifícios nos anos 2000, ela participou da equipe de pesquisa junto com o escritório de arquitetura UNA Arquitetos para levantar documentos sobre o histórico do edifício Joaquim Nabuco, o que a levou a encontrar projetos arquitetônicos na prefeitura de São Paulo e outros documentos históricos que estavam sob guarda da FFLCH-USP.

Estes foram os primeiros documentos do CM, e aos poucos, certa da importância de guardar e conservar estes documentos, Tuca solicitava estagiários para se encarregarem do tratamento desses materiais. Nisso se passaram 15 anos até conseguirem redigir o projeto em conjunto com o CPC, porém infelizmente careceu

e ainda carece de vontade política e verba para que este projeto seja concretizado, pois necessitaria de uma plataforma para disponibilização do catálogo do acervo do CM visto que o Dedalus é restrito para as bibliotecas da USP e o CM não se caracteriza como tal.

Enquanto aguarda a aquisição de tal plataforma, iniciou-se a realização da construção de um inventário referente às peças gráficas produzidas pelo CEUMA. Em seguida foram se acrescentando os jornais com notícias que faziam referência à instituição, criando-se assim um acervo de clipping. Porém ainda restam materiais que foram separados, mas ainda não receberam nenhum tipo de tratamento como as fotografias, CDs e DVDs de artistas, mas a maior parte do acervo audiovisual se encontra no respectivo setor porque todos os eventos eram gravados por eles e lá ficaram.

Tuca ressalta que mesmo não tendo um ambiente climatizado, próprio para a guarda de materiais audiovisuais, a própria estrutura do prédio, de paredes espessas e pé direito alto, mantém a temperatura e umidade estáveis. Tal fato possibilitou a preservação de documentos como fotografias e fitas magnéticas, que foram encontradas em perfeito estado de conservação.

Do projeto original, de 2015, conseguiu-se somente realizar a parte de guarda e descrição das peças gráficas, clipping textual e vídeos em fitas magnéticas (VHS). Um dos empecilhos para a implementação do projeto é o fato do CM contar apenas com bolsistas do Programa Unificado de Bolsas da USP (PUB) que trabalham somente 10 horas semanais por um período de um ano, duração do edital, portanto a rotação de pessoal é grande e as horas dedicadas são bem menores que de um funcionário, esses são exemplos de fatores que dificultam dar ritmo e continuidade para que o trabalho flua. Há também a não oficialização do CM, acarretando com que os materiais encaminhados para guarda e tratamento tenham que ser sob demanda direta e constante, não há um fluxo pré-estabelecido.

Em virtude do CEUMA não contar com nenhum profissional especializado ou que possua os conhecimentos básicos de arquivologia, biblioteconomia ou museologia, a busca por conhecimentos específicos recai sobre os bolsistas que acabam baseando-se nas pesquisas e orientações de procedimentos e manuais escritos com base na literatura de arquivologia.

Devido os registros estarem descritos em planilhas no Google Drive institucional, a busca por documentos não se dá de maneira fácil nem intuitiva,

fazendo com que necessite sempre de uma mediação entre quem busca um documento e o registro na planilha.

Acredita-se que o maior empecilho para a abertura do CM ao público externo é a falta de uma plataforma onde se consiga realizar a busca pelos documentos de maneira segura e não há uma previsão para adquirir tal recurso visto que até o momento o CM não foi prioridade de nenhuma gestão administrativa. O CEUMA, na maior parte das vezes, destina os poucos recursos a eventos como exposições e cursos pois estes dão maior visibilidade à instituição.

5.2 Coleta de dados

Em função da epidemia causada pelo novo coronavírus e das atenções necessárias tomadas pela Universidade de São Paulo, as atividades do Centro Universitário Maria Antonia foram suspensas desde o dia 17 de março de 2020 sem previsão para retorno.

Diante deste novo cenário, a coleta de dados para a pesquisa foi adaptada de acordo com as possibilidades do atual momento.

Realizamos, portanto, uma entrevista por videochamada com a funcionária e idealizadora do Centro de Memória do CEUMA, Tuca Capelossi, na qual obtivemos informações sobre a criação, desenvolvimento e atual estado do CM. As observações que utilizamos foram realizadas antes da pandemia, ou seja, de setembro de 2018 até março de 2020 período em que estive presencialmente no CM como bolsista do PUB.

A análise dos manuais/procedimentos não foi afetada, visto que tais documentos se encontram disponíveis online através da plataforma do Drive institucional.

Baseados nestes dados que iremos apresentar os resultados no item a seguir.

5.3 Análise e Resultados

Observamos que apesar da importante história política e cultural que os edifícios históricos Rui Barbosa e Joaquim Nabuco possuem, tanto por terem abrigado o antigo colégio Liceu Nacional Rio Branco, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, onde ocorreu a famosa “Batalha da Maria Antônia” - conflito entre membros do movimento estudantil de São Paulo contra integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que estavam infiltrados juntos aos estudantes da Faculdade Presbiteriana Mackenzie, localizada em frente, e

que culminou na morte de um estudante secundarista - em 1968 durante a ditadura militar, a instituição não possui de forma oficial e aberta ao público, um Centro de Memória.

Entretanto ele está sendo implementado vagarosamente desde 2012 por iniciativa de uma funcionária do MariAntonia e de alguns alunos que são estagiários ou bolsistas na instituição. Devido à escassez de recursos, tanto humanos quanto financeiros, não há previsão de concretização do projeto, as atividades são realizadas de acordo com as possibilidades do momento.

Os documentos do CM estão organizados em três acervos: CEUMA; FFCL e Liceu Rio Branco, cada acervo é respectivo ao período em que as instituições ocupavam, e ocupa (no caso do CEUMA), os edifícios.

No acervo do Liceu Rio Branco há apenas 3 documentos descritos na planilha referente à iconografia; 3 em bibliografia e 13 em clipping. Já no acervo da FFCL encontramos 25 registros de iconografia; 16 de bibliografia e 20 de clipping. O acervo do CEUMA é o mais numeroso, contendo: 1.527 registros de peças gráficas (cartazes, filipetas, folders); 325 registros em clipping e 899 registros de vídeos. Os três acervos somam, portanto, 2.831 registros de documentos, porém é importante lembrar que há documentos que ainda não foram incluídos nas planilhas.

Em relação aos documentos digitalizados, o acervo do CEUMA conta com 506 cartazes do período de 1994 até 2020; 2 filipetas; 9 folders e 1 livreto. Todos os documentos do clipping já estão digitalizados. Há documentos digitalizados dos outros dois acervos, porém ainda não foram contados, o que nos impossibilita de termos um número, mesmo que aproximado, da quantidade total de documentos digitalizados.

Até o momento foram desenvolvidos manuais de procedimentos de descrição para as peças gráficas e clipping textual. Estes manuais contêm instruções e exemplos para o preenchimento dos campos das respectivas planilhas.

5.4 Discussão

Como é chamado no projeto, o “Centro de Documentação e Memória MariAntonia” poderia, de acordo com o que foi encontrado na literatura da área de CI, ser chamado apenas de “Centro de Memória”, pois seu objetivo é: “[...] reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo” (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p.12). Essa documentação não se restringe à um assunto específico, como num

Centro de Documentação, ela é relativa “[...] à vida da instituição que os mantém” (FONTANELLI, 2005, p. 14) colaborando, assim para a criação e afirmação de sua identidade.

A criação do CM do MariAntonia se encaixa na definição dada por Barbanti (2015, p. 33) onde expõe que “A criação e instituição de um Centro de Memória se inicia, geralmente, com a identificação de documentação probatória, já não mais utilizada, mas que constitua a memória organizacional daquela instituição” como ocorreu quando se começou a organizar os materiais que estavam “esquecidos” em uma sala na instituição.

Contando com diversos tipos documentais, como é característico de um CM, o CM MariAntonia teve sua organização separada por acervos, e em cada acervo foi realizada a divisão por tipos documentais: peças gráficas; clipping; vídeos; iconografia e bibliografia. Criaram-se catálogos, tabelas com as descrições físicas e temáticas dos documentos. Para a descrição física, os campos das tabelas de peças gráficas e de clipping se basearam nas oito áreas da Nobrade (Norma brasileira de descrição arquivística), a saber: área de identificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de controle da descrição; e área de pontos de acesso e indexação de assuntos. Nas demais tabelas não temos informações sobre sua construção.

Em relação à representação temática, ela é feita utilizando-se o Vocabulário Controlado USP que se caracteriza como uma ferramenta de organização do conhecimento, pois é um instrumento que padroniza termos que são utilizados para representar conceitos. Esses termos se relacionam entre si e têm como função auxiliar a organização e recuperação da informação. Em sua página web, ele se define como sendo:

[...] uma lista de assuntos utilizada para a indexação de recursos de informação no Banco de Dados Bibliográficos da USP – DEDALUS. O Vocabulário abrange as áreas do conhecimento inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo, e é constituído de termos de entrada, entre os autorizados para indexação, os termos "não-autorizados", que operam como remissivas, e os elos "falsos"¹², os quais apenas agrupam termos mais específicos (APRESENTAÇÃO).

¹² Os elos falsos são não-descritores que agrupam termos mais específicos, no Vocabulário USP eles são indicados pelos **.

Ele pode ser consultado pela sua Macroestrutura, que contém as relações lógico-semânticas explícitas entre as áreas, subáreas e a terminologia propriamente dita. As buscas podem ser feitas através da Lista Alfabética de Assuntos e da Lista Sistemática (Hierárquica), ambas são complementadas pelas tabelas: de Qualificadores (termos utilizados em combinação com a Lista); de Locais Geográficos e Históricos; de Gênero e Forma; Profissões e Ocupações; que propiciam as condições de complementação dos assuntos.

Apesar do acervo do CM MariAntonia ainda não estar inserido no Dedalus, optou-se por utilizar o mesmo vocabulário a fim de manter uma mesma identidade. Por enquanto, somente as planilhas de peças gráficas e clipping do acervo do CEUMA utilizam o Vocabulário USP, nas demais ainda não foi implementado. Porém planeja-se que seja implementado futuramente.

Para melhor visualização, iremos colocar exemplos de registros de cada tipo de material - cada um em sua respectiva planilha (figuras 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27 e 28) - bem como a localização na hierarquia do Vocabulário USP dos termos escolhidos no campo "Assunto" (figuras 17, 18, 19, 22 e 23).

Exemplo 1: Acervo CEUMA; Tipo documental: peças gráficas

Figura 12 - Printscreen da planilha de peças gráficas (parte 1)

Identificação					Relação		
Código	Tipologia (objeto / função)	Título	Data dd/mm/aaaa	Local	Evento	Itens relacionados	Multimídia
PGMA0005	Livreto / Informativo	Pestana	10-30/11/1994	Biblioteca Latino Americana Victor Civita (Memorial da América Latina)	Exposição de Maurício Pestana	PGMA0079; PGMA1061	-
PGMA1430	Cartaz / Divulgação	A relatividade de Einstein: absolutos e relativos	09-16/10/2019	Centro Universitário Maria Antonia (CEUMA)	Palestras: "A relatividade de Einstein: absolutos e relativos"	PGMA1384	-

Fonte: Acervo CEUMA.

Figura 13 - Printscreen da planilha de peças gráficas (parte 2)

Localização				Produção		
Física	Cópias	Digital sim / não	Nome com o Link do arquivo (digital)	Criação gráfica	Cliente	Patrocinador
PG - 1994 A [Arquivo]	1	-	-	n.i.	Fundação Memorial da América Latina	Secretaria de Estado da Cultura/Assessoria Afro; Geledés - Instituto da Mulher negra; Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Conselho Nacional de Pesquisa Tecnológica (CNPq); Casa Pindaíba Publicações
PG - 2019 B [Arquivo]	1	Sim	2019_PGMA1430_A relatividade de Einstein: absolutos e	n.i.	Centro Universitário Maria Antonia (CEUMA)	Universidade de São Paulo (USP); Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU)

Fonte: Acervo CEUMA

Figura 14 - Printscreen da planilha de peças gráficas (parte 3)

Conteúdo				Impressão			Notas	Anexo	
Nomes pessoais	Tipo de evento (ver lista de apoio)	Assunto (Vocabulário o USP)	Síntese do conteúdo	Tamanho (A x L) - (fechado/ aberto) cm	Técnica (ver lista de apoio)	colorido ou p&b	Notas	Texto crítico	Material audiovisual
Maurício Pestana (artista)	Exposição	Cartoons; Artes Plásticas; Negros	Biografia e relatos sobre o artista	22,0 x 17,0 / 22,0 x 34,0	Tipografia; Ilustração	p&b	Livreto da exposição realizada na Fundação Memorial da América Latina em 1994, e foi exposta no Maria Antonia em 1995.		
Fabiana Botelho Kneubil (palestrante)	Palestra	Ciência	Informações sobre as palestras	29,5 x 21,0 cm	Tipografia; Ilustração	colorido	As palestras são complementares, porém independentes, não sendo necessária assistir a anterior para o entendimento da seguinte.		

Fonte: Acervo CEUMA

Na planilha acima estão identificadas oito áreas: Identificação; Relação; Localização; Produção; Conteúdo; Impressão; Notas, e Anexo. Algumas destas áreas correspondem com as da Nobrade, como a área de Identificação, Produção (contextualização), Conteúdo, Relação e Notas, as áreas de Localização e Impressão correspondem à área de condições de acesso e uso. Não há a área 7 da Nobrade (Área de controle da descrição) e a área 8 (Área de pontos de acesso e indexação de assuntos) está inclusa na área de conteúdo, onde há o assunto que é representado por termos do Vocabulário da USP.

Nos dois documentos da planilha, os termos selecionados para representar seus assuntos estão localizados nas seguintes hierarquias do Vocabulário USP:

Figura 16 - Termos "Artes plásticas" e "Cartoons" na hierarquia do vocabulário USP

DEDALUS	Código da Macroestrutura	Assunto
→	CH741	ARTES
→	CH741.3	ARTES PLÁSTICAS
→	CH741.3.4	MEIOS DE EXPRESSÃO NAS ARTES PLÁSTICAS **
→	CH741.3.4.1	DESENHO
→	CH741.3.4.1.3	CARTOONS <==

Fonte: Agência USP de gestão da informação acadêmica (2020b).

Figura 15 - Termo "Negros" na hierarquia do vocabulário USP

DEDALUS	Código da Macroestrutura	Assunto
→	CH764	CIÊNCIAS SOCIAIS
→	CH764.1	ANTROPOLOGIA
→	CH764.1.3	ANTROPOLOGIA CULTURAL E SOCIAL
→	CH764.1.3.4	ETNOLOGIA
→	CH764.1.3.4.1	GRUPOS ÉTNICOS
→	CH764.1.3.4.1.3	NEGROIDES
→	CH764.1.3.4.1.3.1	NEGROS <==

Fonte: Agência USP de gestão da informação acadêmica (2020c).

Figura 17 - Termo "Ciência" na hierarquia do vocabulário USP

DEDALUS	Código da Macroestrutura	Assunto
→	CH762	FILOSOFIA
→	CH762.11	FILOSOFIA DA CIÊNCIA
→	CH762.11.1	CIÊNCIA <==

Fonte: Agência USP de gestão da informação acadêmica (2020d).

O formato hierárquico mostra como um termo se encaixa num dado contexto e permite que os indexadores naveguem para cima ou para baixo através de sua estrutura para localizar o nível de especificidade desejado além de se certificar que o termo pertence à área desejada.

Exemplo 2: Acervo: CEUMA; Tipo documental: clipping

Figura 18 - Printscreen da planilha de clipping textual (parte 1)

Identificação					Relação		Conteúdo	
Código	Título	Veículo de Comunicação (nome - Ano x, v. x, n. x)	Data	Caderno/Seção e número da página	Origem	Evento	Autor	Assunto (Vocabulário USP)
CTMA0001	A Maria Antônia que a cidade vai ganhar da USP	Jornal da USP - Ano V, n. 195	11-17/11/1991	p.1	-	Decisão da USP de voltar a ocupar o antigo prédio da FFLCH, na rua Maria Antônia, para instalar ali um centro cultural (CEUMA).	Hilda Prado	Centro Universitário Maria Antônia (CEUMA); Cultura; Espaço urbano

Fonte: Acervo CEUMA.

Figura 19 - Printscreen da planilha de clipping textual (parte 2)

Conteúdo	Localização			Características técnicas			
Síntese	Digital	Física	Cópias	Suporte	Tamanho (A x L) - (fechado/aberto) cm ou px	colorido ou p&b	Notas
O moderno Centro de Cultura e Extensão Universitária que a USP vai construir no prédio de muitas histórias onde funcionava a Faculdade de Filosofia, hoje ocupado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, vai devolver à rua muito do seu antigo charme e sua animação.	1991_CTMA00_01_A Maria Antônia que a cidade vai ganhar da USP.pdf	Pasta de Jornais (1991-2009)	2	Jornal (folha)	47,0 x 32,5 cm (fechado) / 47,0 x 65,0 cm (aberto)	p&b	1 original; 1 fotocópia dividida em duas folhas

Fonte: Acervo CEUMA.

Nesta planilha há somente seis áreas: Identificação; Relação; Conteúdo; Localização; Características e Notas. Optou-se por abarcar estas áreas com seus respectivos campos pois acreditou-se que os dados eram suficientes para a identificação dos documentos.

Quanto aos termos selecionados para representar os assuntos do documento do exemplo acima, eles estão localizados nas seguintes hierarquias do Vocabulário USP:

Figura 22 - Termo "Cultura" na hierarquia do vocabulário USP

DEDALUS	Código da Macroestrutura	Assunto
	CH764	CIÊNCIAS SOCIAIS
	CH764.5	SOCIOLOGIA
	CH764.5.2	CULTURA <==

Fonte: Agência USP de gestão da informação acadêmica (2020e).

Figura 23 - Termo "Espaço urbano" na hierarquia do vocabulário USP

DEDALUS	Código da Macroestrutura	Assunto
	CH732	PLANEJAMENTO TERRITORIAL
	CH732.3	PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO
	CH732.3.6	ESPAÇO URBANO <==

Fonte: Agência USP de gestão da informação acadêmica (2020f).

No Vocabulário da USP não há o termo “Centro Universitário Maria Antônia (CEUMA)” mas ele foi acrescentado pois acreditou-se que seria importante para as buscas com interesse na instituição.

Exemplo 3: Acervo: CEUMA; Tipo documental: vídeo

Figura 20 - Printscreen da planilha de vídeo (parte 1)

Tombo	Título	País de produção	Idioma (com legenda? Etc...)	Área de conhecimento (filosofia, literatura, psicologia...?)	Imprenta (local da gravação; distribuição; ano)	Desc. física (quantos dvds; quantos minutos; son.; cor; formato (ntsc, pal-m, pal-n...), duração.
1	Ciclo de Palestras Sobre Violência Urbana - Traumas: Problemas médicos e social	Brasil	Português	Sociologia	Centro Universitário Maria Antônia- 01/10/2001	Formato: NTSC - Uma fita - colorido. Duração: 90 minutos

Fonte: Acervo CEUMA.

Figura 21 - Printscreen da planilha de vídeo (parte 2)

Nota de resumo	Assunto - ocupação (profissão; docente, fotógrafo....)	Autor secundário (nome de todos os palestrantes)	suporte de gravação (fita magnética, película, mídia de dvd...)	Observação:	Pesquisado por:
O Professor Dário Birolini discute sobre a questão de doenças causadas por traumas externos (acidentes, tentativas de homicídios etc) com base em estatísticas oficiais mundiais e dados econômicos.	Professor Titular Dário Birolini-FMUSP		Fita Magnética (VHS)	Digitalizar	Aline Magna de Aguiar Vieira

Fonte: Acervo CUMA.

Ainda não foram inseridos os termos do Vocabulário USP nesta planilha.

Exemplo 4: Acervo: Liceu Rio Branco; Tipo documental: iconografia

Figura 22 - Printscreen da planilha de iconografia (parte 1)

Identificação			Relação		
ID	Título	Data	Assunto	Fonte	Itens relacionados
IC00001	Cartaz Liceu Rio Branco 1	s/d	Liceu Rio Branco	Museu da Educação e do Brinquedo FE-USP	IC00002; IC00003; TX00001; TX00002; CT00001; CT00002; CT00003; CT00004; CT00006; CT00008; CT00009; CT00010; CT00011

Fonte: Acervo Liceu Rio Branco.

Figura 23 - Printscreen da planilha de iconografia (parte 2)

Produção e Conteúdo				Localização			Características Técnicas		
Síntese	Autor	Local	Nome Pessoal	Digital	Física	Número de cópias	tamanho (L x A) - (Fechado/aberto) cm ou px	Tipologia	colorido/p&b
Cartaz Anunciando o antigo Liceu Nacional Rio Branco	n.i.	Rua Maria Antônia - Fachada do Edifício Rui Barbosa	n.i.	https://drive.google.com/file/d/1CccHB3OqRMwfD7DB99FLV4Jx1gpWynV4/view?usp=sharing	-	-	1536 x 2176 px	Cartaz	Colorido

Fonte: Acervo Liceu Rio Branco.

Ainda não foram inseridos os termos do Vocabulário USP nesta planilha.

Exemplo 5: Acervo: FFCL; Tipo documental: bibliografia

Figura 24 - - Printscreen da planilha de bibliografia

Identificação			Conteúdo			Localização		
ID	Título	Autoria	Palavras-Chave	Itens relacionados	Editora/Instituição	Digital	Física	Número de cópias
TX00005	Memória da Faculdade de Filosofia (1943-1994)	Miriam Lifchitz Moreira Leite	FFCL;	-	CAPH	https://drive.google.com/open?id=1zrnfq_7JMCDjlt3beEvYviFMrwO9uWCI	-	-

Fonte: Acervo FFCL.

Ainda não foram inseridos os termos do Vocabulário USP nesta planilha.

Observamos que os dois primeiros exemplos utilizam termos do Vocabulário Controlado da USP, pois são as planilhas que estão sendo trabalhadas atualmente, nas demais, por serem mais antigas, ainda não foram normalizadas, porém serão futuramente.

No manual de procedimentos para o preenchimento das planilhas de Peças Gráficas e Clipping, há as seguintes instruções para o preenchimento do campo “Assunto”:

5.3 - Assunto

Escolher dentre uma das opções da lista de apoio o assunto ao qual o conteúdo/evento se encaixa.

Caso o assunto não se encontre na lista, buscar no vocabulário controlado da USP (<http://vocabusp.sibi.usp.br/vocab/>) e acrescentar o novo termo na lista de apoio na coluna “Assunto”. Ao acrescentar um novo termo, sempre verificar em sua hierarquia (no Voc. USP) para certificar que o termo se encontra na área que se quer referir, caso não se encontre buscar um termo equivalente; próximo ou mais genérico na hierarquia. Usar o qualificador caso ele se apresente no termo do voc USP.

Tutorial uso do voc. USP:
<http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/imagens/Tutorial.pdf>

Notamos que não há especificações quanto ao nível de especificidade dos termos para indexar, assim sendo, no exemplo 1 foram usados os termos “Artes Plásticas” e “Cartoons” mesmo eles pertencendo à mesma hierarquia, ou seja, como “Cartoons” já está subordinado a “Artes Plásticas”, este último não seria necessário.

O Vocabulário USP se define como sendo uma lista de assuntos, porém, de acordo com a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), um vocabulário controlado em formato de lista não teria hierarquia nem notas, aspectos que o Vocabulário USP tem. Entretanto, ele não se caracteriza como taxonomia nem tesouro pois não possui as características definidoras de nenhum dos dois. Iremos apresentar novamente o quadro encontrado no Apêndice B da norma, desta vez com a coluna da lista e acrescentaremos uma coluna com as características do Vocabulário USP para comparação.

Quadro 12 – Propriedades da lista, da taxonomia, do tesauro e do vocabulário USP

Propriedade	Lista	Taxonomia	Tesauro	Vocabulário USP
Tipos de termos				
Termos preferidos	Sim	Sim	Sim	Sim
Termos de entrada	Não	Não	Sim	Sim
Termos candidatos	Não	Não	Opcional	Não
Termos provisórios	Não	Não	Opcional	Não
Termos excluídos	Não	Não	Opcional	Não
Relacionamentos	Não	Sim	Sim	Sim
Equivalência		Não	Sim	Sim
Hierarquia		Sim	Sim	Sim
Todo/Parte		Sim	Sim	Sim
É um (IsA)		Sim	Sim	Sim
Tem um (HasA)		Sim	Sim	Sim
Classificação		Opcional	Opcional	Não
Termos relacionados		Não	Sim	Não
Facetas		Não	Opcional	Não
Notas	Não	Opcional	Opcional	Sim
Notas de escopo		Não	Opcional	Sim
Notas históricas		Não	Opcional	Não
Outras notas		Não	Opcional	Não

Fonte: Adaptado do Apêndice B da norma ANSI/NISO (Z39.19-2005 (R2010), p. 135).

Observamos que o Vocabulário USP possui recursos a mais que a lista e a taxonomia, como os termos de entrada, a relação de equivalência e as notas, porém não contempla todas as características de um tesauro pois não possui as relações associativas (termos relacionados). Portanto é um instrumento que não se encaixa em nenhuma definição da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010).

Acreditamos que ao incorporar os termos relacionados, - passando assim a realizar as relações associativas, as quais “[...] agrupam todas as outras relações que não são de hierarquia nem de equivalência” (MAIA et al., 2017, p. 6) - o Vocabulário

USP poderia ser considerado um tesouro e assim sendo, desempenharia uma melhor performance na indexação, o que resultaria numa eventual melhoria na recuperação da informação.

Em relação aos manuais de procedimentos do CDM MariAntonia, a existência de uma política de indexação mais detalhada eliminaria dúvidas e contribuiria para uma representação da informação mais acurada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder à questão “Como organizar e representar a informação em Centros de Memória em função da diversidade de seus acervos?” Passamos por diversas etapas.

Ao caracterizar os Centros de Documentação e Memória, pudemos chegar a duas definições sínteses, uma para Centro de Documentação e outra para Centro de Memória, diferenciando ambas instituições, e escolhemos não utilizar o termo Centro de Documentação e Memória pois ele nos dá a ideia de que é a junção de ambos os centros, incorporando todas as suas possíveis funções, e essa possibilidade não foi encontrada em nenhuma literatura consultada neste trabalho. Ademais, as definições encontradas para CDM correspondem com as de CM, tornando-as sinônimas.

A partir das definições dos termos organização do conhecimento e organização da informação, representação do conhecimento e representação da informação, esclarecemos suas diferenças e optamos por seguir a concepção das autoras Bräscher e Café (2008) na qual elas defendem que se dado, informação e conhecimento são elementos distintos, a OI e RI, e OC e RC, também deverão ser distintas.

Melo (2010, p. 181), construiu um quadro segundo as conclusões das autoras, abaixo nós o complementamos adicionando exemplos e definições de informação e conhecimento.

Quadro 13 – Organização da informação e organização do conhecimento

Organização da Informação	Organização do Conhecimento
Processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais	Processo que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) e visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade.
Seu produto é a representação da informação , conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico	Seu resultado é a representação do conhecimento que reflete, assim, um modelo de abstração do mundo real, construído para determinada finalidade.
Processos de RI: <ul style="list-style-type: none"> • Representação descritiva - catalogação • Representação temática - classificação, indexação, resumo e índice. 	Instrumentos de RC: <ul style="list-style-type: none"> • SOCs - sistemas de classificação bibliográfica, tesouros, taxonomias e ontologias.

<p>A informação é a materialização do conhecimento, ela é expressa por meio da linguagem (natural ou artificial) e necessita de um suporte físico para existir e exercer sua função. (FOGL, 1979)</p>	<p>O conhecimento dá origem a informação, ou seja, a consciência humana se manifesta através da informação. (FOGL, 1979)</p> <p>Unidades de conhecimento nada mais são do que conceitos. (DAHLBERG, 1978)</p>
<p><i>Mundo dos objetos físicos</i></p>	<p><i>Mundo da cognição ou das ideias</i></p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Melo (2010) e das conclusões de Bräscher e Café (2008).

A partir do referencial teórico sobre OC/RC e OI/RI, a questão que levantamos foi: Existem procedimentos adequados que possam ser usados para organizar o conhecimento e representar a informação em CM?

Ao nos basearmos nos argumentos de autores, que afirmam que a busca por assunto além de reunir - independentemente de sua forma de catalogação - as informações contidas nos documentos, é também a tarefa mais importante e utilizada pelos usuários que buscam informações, chegamos à proposta de utilização dos SOCs para esse fim, pois como diz Soergel (1999), esses sistemas além de auxiliarem na recuperação da informação, eles também orientam a ordenação dos resultados da busca. Sendo o tesouro é o instrumento mais adequado para organizar o conhecimento, representar a informação e recuperar os documentos no acervo de um CM.

O estudo de caso nos deu um suporte concreto para realizarmos a discussão com as teorias encontradas além da oportunidade de registrar e expor a importância histórica, política e cultural do Centro Universitário Maria Antonia. Entretanto, algumas limitações nos foram impostas, uma previsível e outra imprevisível. A primeira foi a limitação de análise de um único Centro de Memória. Por não haver outros centros para comparação de dados as discussões aqui apresentadas tiveram enfoque limitado. Porém a escolha foi mantida considerando-se o caráter do trabalho e limite de tempo para realizar a pesquisa. A segunda, foram as limitações que a pandemia do novo coronavírus impôs a todos de maneira abrupta. O CEUMA assim como todas as bibliotecas tiveram fechamento abrupto. Deste modo a maior parte da bibliografia foi consultada de forma eletrônica, por esse motivo algumas obras essenciais, que se encontram somente impressas, podem ter ficado fora do estudo.

Conquanto esperamos que este trabalho possa acrescentar nas discussões sobre SOCs e Centros de Memória e que suas lacunas abram espaço para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS¹³

- AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. Apresentação. *In*: Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/imagens/Apresentacao.htm>. Acesso em: 26 out. 2020a.
- AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. Ordem hierárquica dos assuntos. *In*: Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CH741.3.4.1.3>. Acesso em: 25 out. 2020b.
- AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. Ordem hierárquica dos assuntos. *In*: Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CH764.1.3.4.1.3.1>. Acesso em: 25 out. 2020c.
- AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. Ordem hierárquica dos assuntos. *In*: Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CH764.5.2>. Acesso em: 25 out. 2020d.
- AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. Ordem hierárquica dos assuntos. *In*: Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CH762.11.1>. Acesso em: 25 out. 2020e.
- AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. Ordem hierárquica dos assuntos. *In*: Vocabulário Controlado da USP. Disponível em: <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CH732.3.6>. Acesso em: 25 out. 2020f.
- BARBANTI, Cristina Hilsdorf. **Representação e recuperação da informação em Centros de Memória**. Orientadora: Vânia Mara Alves Lima. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-13012016-103551/publico/CristinaHilsdorfBarbantiVC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERNERS-LEE, Tim; HENDLER, James; LASSILA, Ora. The Semantic Web: A new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. **Scientific American**. 17 maio 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225070375_The_Semantic_Web_A_New_Form_of_Web_Content_That_is_Meaningful_to_Computers_Will_Unleash_a_Revolution_of_New_Possibilities. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, IX, 2008. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 26 mar. 2020.

¹³ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento - EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010. Capítulo 8, p. 147-176. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.*

BRÄSCHER, Marisa; MELO, Maria Antônia Fonseca. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland. *Ci. Inf.*, v. 41, n. 1. Brasília, DF, jan./abr. 2014. p. 67-80. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1419/1597>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. *In: Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.*

BROUGHTON, Vanda; HANSSON, Joacim; HJØRLAND, Birger; LÓPEZ-HUERTAS, Maria J. Knowledge Organization. *In: KAJBERG, L.; LØRRING, I. (Org.). **European Curriculum Reflections on Library and Information Science Education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. p. 133-148. Disponível em: <http://euclid-lis.eu/wp-content/uploads/2014/02/european-curriculum-reflections.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.*

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42340>. Acesso em: 14 set. 2020.

BOCCATO, V. R. C.; RAMALHO, R. A. S; FUJITA, M. S. L. A contribuição dos tesouros na construção de ontologias como instrumento de organização e recuperação da informação em ambientes digitais. *In: GARCÍA MARCO, F. J. **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación - IBERSID 2008**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2008. p. 199-209. Disponível em: <http://www.ibersid.org/>. Acesso em: 14 set. 2020.*

CAFÉ, Lígia; SALES, Rodrigo de. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. *In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento - EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010. Capítulo 6, p. 147-176. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.*

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ci. Inf.* v. 7, n. 2. Rio de Janeiro, 1978, p. 101-107. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: FazerArte, 2016. Disponível em: <http://www.tesauromuseus.com.br/download/tesouro.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

FIGUEIREDO, Nice. Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 11, n. 3/4, jul/dez. 1978. p. 155-168. Disponível em: <https://www.brappci.inf.br/index.php/article/download/18195>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária**. Orientadora: Johanna W. Smit. 2005. 105 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GAGETE, Élide; TOTINI, Beth. Memória empresarial: uma análise de sua evolução. *In*: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: ABERJE Editorial, 2004. p. 113-124.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ci. Inf.** v. 27, n. 1. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 mar. 2020.

GÓMEZ-PÉREZ, Asunción. Ontological engineering: a state of the art. **Expert Update**, v. 2, n. 3, p. 33-43, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/50600362_Ontological_Engineering_A_state_of_the_Art. Acesso em: 09 set. 2020.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

GRUBER, Thomas. Toward Principles for the Design of Ontologies Used for Knowledge Sharing. **International Journal Human-Computer Studies**. v. 43, n. 5-6, nov. 1995, p. 907-928. Disponível em: <https://tomgruber.org/writing/onto-design.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. corr. aum. por Marie-France Blanquet; trad. Míriam V. da Cunha. Brasília: IBICT, 1994.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). *In*: **ISKO. Encyclopedia of Knowledge Organization**. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 16 mar. 2020.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization?. **Knowledge Organization**. v. 35, n. 2-3, 2008. p. 86-101. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO Acesso em: 26 mar. 2020

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória: manual básico para implantação**. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/centros-de-memoria-manual-basico-para-implantacao-2>. Acesso em: 20 abr. 2019.

JACOB, Elin K. Ontologies and the Semantic Web. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**. v. 29, n. 4, abr./maio. 2003. p. 19-22. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bult.283>. Acesso em: 19 ago. 2020.

KOBASHI, Nair Y. Análise documentária e representação da informação. **Infomare - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, jul./dez. 1996. p. 5-27

LAURETTI, Carolina Filardo. **Centros de memória e arquivos históricos: semelhanças e diferenças**. Orientadora: Asa Fujino. 2011. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:
<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/tc2725-lauretti.pdf>.
 Acesso em: 28 out. 2019.

LEHMKUHL, Camila Schwinden; LINDEN, Leolíbia Luana; BARROS, Camila Monteiro de; SILVA, Eva Cristina Leite da; VITAL, Luciane Paula. Sistemas de organização do conhecimento e Arquivologia: diálogos possíveis. *In*: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini. (Org). Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. **Estudos avançados em Organização do Conhecimento**, v. 5. Belém: Ed. da UFPA, 2019. p.58-66. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2019/09/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDI%C3%87%C3%83O-BEL%C3%89M.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020.

LIMA, Gercina Ângela de; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 46, n. 1 jan/abr. 2017. p. 60-72. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4014>. acesso em: 22 jun. 2020.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, Lillian (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21-47.

MAIA, Lucinéia Souza; LIMA, Gercina Ângela de; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Taxonomia dos Tipos de Relações Semânticas para a Organização e a Representação do Conhecimento: uma proposta a partir da literatura. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, XVIII, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/334/1130. Acesso em: 09 jun. 2020.

MARIA ANTONIA. *In*: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Disponível em: <https://prceu.usp.br/centro/maria-antonia/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/14582/art_MAIMONE_REFLECTIONS_ABOUT_THE_RELATIONS_BETWEEN_THEMATIC_2011.pdf?sequence=1. Acesso em: 09 mar. 2020.

MELO, Fábio José Dantas de. Categorização lingüística como esteio da organização do conhecimento. *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento - EROIC**. Brasília DF: IBICT, 2010. Capítulo 9, p. 177-182. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies**, 2010. (ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)). Disponível em: <https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Tânia Lima. **Memória empresarial e gestão do conhecimento**: desafios e perspectivas. Orientadora: Asa Fujino, 2007. 96f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROBREDO, Jaime. Ciência da informação e Web semântica: Linhas convergentes ou linhas paralelas? *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação**: estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento - EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010. Capítulo 1, p. 12-47. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC). Acesso em: 09 set. 2020

RODRIGUES, Iraci Oliveira. **Organização da Informação e Organização do Conhecimento na produção científica em Ciência da Informação**. Orientador: Marivalde Moacir Francelin. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-01022016-144902/publico/IRACIOLIVEIRARODRIGUESVC.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SALES, Luana Farias. **Ontologias de domínio: estudo das relações conceituais e sua aplicação**. Orientadora: Maria Luiza de Almeida Campos. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://carpedien.ien.gov.br:8080/handle/ien/1884>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; MAZINI, Elizabeth Sardelli. Organização do conhecimento: das classificações e vocabulários controlados às taxonomias e ontologias na web. *In*: Valls, V. M; Vergueiro, W. (Org.). **Tendências contemporâneas na gestão da informação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2011. p. 125-142.

SMIT, Johanna W. (org.). **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: Ibict, 1987. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1011>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SOBRE. *In*: MariAntonia Centro Universitário da USP. Disponível em: <http://www.mariantonia.prceu.usp.br/institucional/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SOERGEL, Dagobert. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 50, n.12, 1999, p. 1119 -1120. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12<1119::AID-ASI12>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1119::AID-ASI12>3.0.CO;2-I). Acesso em: 19 jun. 2020.

SOUZA, Brisa P. de. Representação temática da Informação documentária e sua contextualização em biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 132-146, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/249/265>. Acesso em: 02 fev. 2020.

STEVOLO, Pedro Luiz; XAVIER, Jéssica; VAZQUEZ, Rodrigo; GRIZILLI, Thiara. Projeto: **Centro de Documentação e Memória**. Centro Universitário Maria Antonia. Universidade de São Paulo, 2015. (não publicado)

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Projeto Como fazer, 09). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

UDC SUMMARY. *In: Universal Decimal Classification*. Disponível em: <http://www.udcsummary.info/php/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2020.

VICKERY, Brian Campbell. Knowledge representation: a brief review. **Journal of Documentation**. v. 24, n. 3, p.145-159, 1986. Disponível em: <https://www-emerald.ez67.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/eb026790/full/pdf?title=knowledge-representation-a-brief-review>. Acesso em: 15 maio 2020.

WOLFRAMALPHA. Computational intelligence. Disponível em: <https://www.wolframalpha.com/>. Acesso em: 25 set. 2020.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge organization systems (KOS). **Knowledge Organization: international journal devoted to concept theory, classification, indexing, and knowledge representation**, Frankfurt, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297530633_Knowledge_Organization_Systems_KOS. Acesso em: 15 set. 2020.

APÊNDICE A – Perguntas para a entrevista com Tuca Capelossi

1. Como surgiu o Centro de Documentação e Memória do MariAntonia?
2. Quais foram os primeiros documentos armazenados? Como eles eram organizados?
3. Quais são os tipos de documentos (acervo textual, fotográfico, audiovisual, banco de depoimentos, etc) e em quais suportes (papéis, cartazes, mapas, objetos tridimensionais, livros, CDs, DVDs, VHS, etc) eles se encontram?
4. Após o projeto escrito em 2015 com parceria do CPC-USP, quais etapas e projetos foram consolidados? Os que não foram, por que não?
5. Atualmente, como se dá o fluxo dos materiais desde sua produção até a chegada no CDM?
6. Ao seu ver, qual o nível de satisfação em relação a organização e representação (como as informações dos documentos estão descritas) dos materiais do CDM?
7. Ao procurar um material, consegue-se encontrá-lo de maneira fácil? Se não, por que não?
8. Como as buscas são realizadas? (ex: por assunto, ano, tipo de documento)
9. O Centro de Documentação e Memória do MariAntonia ainda não foi aberto ao público externo, há previsão para sua abertura? Quais etapas ainda necessitaria cumprir?